

PEDRO LOPES MARINHO

PRODUTO BÁSICO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CACAU NO SUL DA BAHIA

CURITIBA-PR DEZEMBRO DE 2001

PEDRO LOPES MARINHO

PRODUTO BÁSICO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CACAU NO SUL DA BAHIA

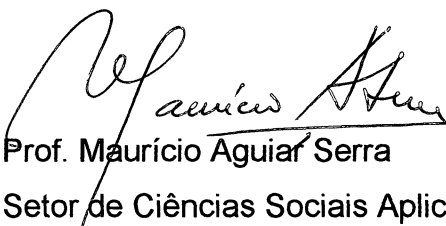
Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Econômico,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Orientador: Prof. Maurício Aguiar Serra
Co-orientador: Prof. Cássio Frederico Camargo
Rolim

CURITIBA-PR., DEZEMBRO DE 2001

PEDRO LOPES MARINHO

PRODUTO BÁSICO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O CACAU NO SUL DA BAHIA (1960 - 1980)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade
Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:


Orientador: Prof. Maurício Aguiar Serra
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR


Prof. Fábio Dória Scatolin
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR


Prof. Fábio de Silos Sá Earp
Instituto de Economia, UFRJ

Curitiba-Pr, 20 de dezembro de 2001

AGRADECIMENTO

A todos aqueles que contribuíram para o êxito deste trabalho, as minhas mais sinceras emoções.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
1.1. BASE TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	07
1.2. NOVAS TEORIAS EXPLICATIVAS DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	13
1.3. BASE TEÓRICA DO ESTUDO	20
2. ANÁLISE DO PRODUTO CACAU.....	22
2.1. CONSOLIDAÇÃO DA BASE DE EXPORTAÇÃO CACAU.....	22
2.2. DINAMIZAÇÃO E PROPAGAÇÃO DA BASE ECONÔMICA CACAU.....	27
3. AS VARIÁVEIS EXÓGENAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	37
3.1. O FINANCIAMENTO REGIONAL	37
3.2. AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SETORIAIS E A ECONOMIA CACAUEIRA.....	41
4. A VARIÁVEL ENDÓGENA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	53
4.1. O PRODUTOR DE CACAU.....	53
4.2. GRUPOS E INTERESSES NA CACAUCULTURA	58
4.3. A CEPLAC COMO REPRESENTANTE DA CACAUCULTURA.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6. ANEXOS	75
7. BIBLIOGRAFIA.....	79

LISTA DE TABELAS

1. ÁREA OCUPADA EM PRODUÇÃO E RENTABILIDADE (1965 - 1980)	29
2. PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTORES NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AMÊNDOAS DE CACAU (1970/71 -1974/75).....	30
3. PRINCIPAIS PAÍSES CONSUMIDORES DE CACAU (1974/75).....	30
4. CONSUMO PER-CAPITA DE PRODUTO DE CACAU - PRINCIPAIS CONSUMIDORES (1974)	31
5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1970) E REGIÃO CACAUEIRA (1993).....	32
6. CONTA CACAU NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1974 -1980).....	40
7. CRÉDITO CONCEDIDO POR FINALIDADE - BRASIL (1969/76).....	44
8. ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA (1980).....	46
9. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CACAU (1970 - 1980)	50
10. EVOLUÇÃO DO VOLUME DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU EM AMÊNDOAS E DE DERIVADOS (1970 - 1980).....	51

LISTA DE SIGLAS

CACEX	- CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR
CEDOC	- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO (UESC)
CEPEC	- CENTRO DE PESQUISA DO CACAU
CEPLAC	- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
CNPC	- CONSELHO CONSULTIVO DOS PRODUTORES DE CACAU
COOPERCACAU	- COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE CACAU
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICB	- INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA
UESC	- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos das exportações de cacau para o crescimento e o desenvolvimento da região cacauera da Bahia no período de 1960 - 1980. A teoria da base de exportação e a teoria do desenvolvimento endógeno, a vertente de Sérgio Boisier, fundamentam o estudo. Inicialmente fez-se uma análise do produto cacau, buscando verificar a consolidação desse produto de exportação, sua dinamização e propagação. Após a análise do produto cacau, incluíram-se na análise as variáveis exógenas do desenvolvimento regional, ou seja, buscou-se compreender como a região cacauera da Bahia resolveu seu problema de financiamento e como as políticas macroeconômicas e setoriais (políticas monetária, agrária e de exportação), repercutiram na cacauicultura baiana. Em seguida, considerou-se a variável endógena do desenvolvimento regional, a organização social da região cacauera da Bahia. Essa análise foi feita observando o desenvolvimento histórico da cacauicultura e dos grupos de interesses nela, em especial o confronto entre a elite cacauera, detentora do poder econômico na Bahia a partir do final do século XIX, e a elite do recôncavo baiano, detentora secular do poder político no Estado. Por fim, tecem-se as considerações finais que antes de ser conclusivas objetivam levantar discussões.

INTRODUÇÃO

A produção de cacau na Bahia em meados do século XVIII surge como alternativa, em termos de produtos exportáveis, para a economia canavieira então em crise. Apesar dos incrementos na produção e do crescimento das exportações nas décadas de 30 e 40 do século XIX, essa província continuava em posição secundária em relação a outras províncias produtoras de cacau no Brasil. Somente no final do XIX, precisamente 1890, quando a província da Bahia produz 3.500 toneladas de cacau, é que o Brasil passa a ocupar lugar de destaque na exportação desse produto no mercado mundial. Tem-se a partir daí um século de produção de cacau para exportação no sul da Bahia.

A primeira etapa do ciclo do cacau para exportação iniciada em 1890 vai até 1931 e caracteriza-se pela falta de qualquer intervenção governamental ou proteção ao cacauicultor, sendo as casas exportadoras e a figura do intermediário os agentes que comandam a cacauicultura baiana. Falta de acesso às áreas de produção (dificuldade de transporte), ausência de casas bancárias, cujos recursos financeiros estivessem à disposição do cacauicultor, constituem os principais problemas do período. Além disso, o fato de depender exclusivamente de uma atividade econômica voltada para o mercado externo determinou, após a crise de 29, um desequilíbrio econômico e social em toda a região.

A criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) pelo Decreto Estadual nº 6.430, de 8 de junho de 1931, teve por objetivo atender às necessidades da região, então em crise, que proporcionava os maiores tributos para o estado da Bahia e da qual dependia grande parte da capacidade de importar desse estado, reconhecidamente carente de bens industriais. Inicia-se então a segunda etapa do ciclo do cacau para exportação que dura até 1957. Com a constituição de uma sociedade de caráter cooperativo, como foi o ICB, tentava-se pôr em prática uma política de promoção da lavoura cacauífera e de legitimar os interesses dos produtores de cacau. Os recursos financeiros com que contou o Instituto procediam em grande parte da própria cultura do cacau, sendo o principal deles uma taxa de fomento no valor de 2\$500 (dois mil e quinhentos reis), valor corrente de 1931, calculada sobre cada saca exportada da Bahia.

Os serviços prestados pela carteira hipotecária do Instituto nos primeiros anos conseguiram minorar os efeitos da grande crise. O Instituto atuou significativamente para solucionar os dois principais problemas do cacauicultor: nos transportes, abriu estradas ligando toda a região às cidades de Ilhéus e Itabuna, bem como, estradas vicinais (ramais) na zona rural; na comercialização, a atuação do ICB constituiu obstáculo aos grupos que até então ficavam com parcela importante da renda do cacau (casas exportadoras e intermediários). O ponto básico desses obstáculos é a limitação imposta às casas exportadoras pela portaria 63, de 19 de maio de 1943. As casas exportadoras só podiam comprar cacau por preço fixado pelo Instituto, ficando esse, por sua vez, encarregado dos negócios externos mediante uma comissão de 3%. Diversos fatores, como a reação das casas exportadoras à intervenção do Instituto, a seca nos primeiros anos da década de 50, a baixa de preço no mercado internacional e o descrédito da região no Instituto após sua transformação em órgão de acomodação política, levam a região, em meados da década de 50, a uma “nova crise” e com ela o fim da segunda etapa do ciclo do cacau.

Em 1957, é criada a Comissão Executiva da Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Segundo a historiadora Angelina Garcez “... uma medida emergencial para prestar socorro financeiro à lavoura do cacau “ (GARCEZ, 1985, p. 40). Condição essa que permanece inalterada até os primeiros anos da década seguinte. O papel da CEPLAC só foi plenamente definido em 1964 com o novo modelo de desenvolvimento agro-industrial implantado no país e o papel da agricultura de exportação nesse modelo, passando então a CEPLAC a ser o órgão representativo da cacauicultura baiana.

Tem-se então, a partir da criação da CEPLAC, o terceiro ciclo do cacau para exportação que teria terminado em 1980 quando a cacauicultura baiana volta a viver mais uma grande crise.

Analisa-se neste trabalho o efeito das exportações de cacau para o crescimento e o desenvolvimento da **região cacaueira da Bahia**, no período de 1960 – 1980. A microrregião cacaueira da Bahia, definição do IBGE em 1967, com 18.102 Km², composta por 28 municípios corresponde hoje à região de Ilhéus e Itabuna, pela nova denominação do IBGE, com 47 municípios.

A partir de meados da década de 60, quando o preço do cacau no mercado internacional subiu acentuadamente e os fatores internos mostravam-se

favoráveis, esperava-se que a estratégia de promoção de exportação desse produto primário tivesse efeitos positivos no desenvolvimento regional, mesmo que não alcançando em nível nacional a repercussão de outros produtos, como por exemplo, o café e a soja.

Analisar por que as exportações de cacau da Bahia não proporcionaram o desenvolvimento regional constituiu o problema deste estudo. Para responder esse problema, buscou-se adequado referencial teórico. A partir da síntese das principais teorias explicativas do estudo regional concebeu-se a teoria da base de exportação e a teoria do desenvolvimento regional endógeno, na vertente de Sérgio Boisier, como base teórica do estudo, capítulo 1. Baseado na teoria da base de exportação, construiu-se o capítulo 2. A análise do produto cacau. Boisier respalda teoricamente o capítulo 3, que trata das variáveis exógenas do desenvolvimento regional e o capítulo 4, que analisa a variável endógena do desenvolvimento regional.

Identificado o problema e determinado o referencial teórico, construiu-se uma hipótese de trabalho: A região cacaeira da Bahia, a partir da sua base econômica – o cacau – da forma como viabilizou o financiamento regional, bem como, pelos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, gerou forças determinantes, entre 1960 – 1980, para o crescimento econômico regional, mas não conseguiu transformar tais forças efetivamente em desenvolvimento econômico. Essa não transformação deveu-se à organização social da região. Ou seja, a região cacaeira não conseguiu endogeneizar as forças que proporcionaram o crescimento regional, transformando-as em elementos constitutivos do desenvolvimento regional a longo prazo. A questão que se pretende responder pode ser evidenciada através dos seguintes objetivos:

1. Demonstrar, baseado na teoria da base de exportação, que, ao chegar à década de 60, a região cacaeira da Bahia já teria consolidado sua base de exportação mas não conseguiu, durante os anos 60 - 80, dinamizar essa base.
2. Verificar como a região cacaeira, através da cota de contribuição do cacau, viabilizou seu próprio financiamento.
3. Analisar os efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais para a economia cacaeira da Bahia entre 1960 a 1980.

4. Compreender, baseado na concepção de organização social de Sérgio Boisier, a organização social da região cacauzeira da Bahia.

Foi feito um estudo de caso para a microrregião cacauzeira da Bahia (1960 – 1980), a partir da concepção de desenvolvimento regional endógeno, a vertente de Sérgio Boisier. O trabalho compõe-se de quatro capítulos.

No CAPÍTULO 1, discutiu-se a base teórica do desenvolvimento regional. Essa discussão foi feita em dois momentos: 1) uma síntese das principais teorias explicativas do desenvolvimento regional (teoria da base de exportação, neoclássica, da causalidade cumulativa, do pólo de desenvolvimento) desenvolvidas no período de 50 a 70; 2) em um segundo momento, partindo das mudanças verificadas na economia mundial na década de 70, enfatizou-se a teoria do desenvolvimento endógeno e a teoria das inovações tecnológicas, teorias mais recentes, como tentativa de explicar a nova realidade econômica e suas repercussões nas regiões. A partir dessa discussão, elegeu-se a base teórica do estudo.

No CAPÍTULO 2, analisaram-se a consolidação, a dinamização e a propagação da base econômica cacau. Foram observados custo de produção, preço/arroba de cacau, volumes produzidos e exportados, distribuição de renda regional e também as interdependências na cadeia produtiva do cacau.

No CAPÍTULO 3, foi feita a análise do financiamento regional e dos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais para a região cacauzeira da Bahia. A análise relativa ao financiamento regional concentra-se na denominada “conta cacau do Banco Central do Brasil”, observando os montantes arrecadados, repasses à região e os saldos verificados. Na análise dos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, três políticas foram consideradas: monetária, fundiária e de exportação. Na política monetária, a análise baseou-se nas séries históricas sobre a concessão de crédito agrícola para o Brasil e para a região cacauzeira; na política fundiária, a estrutura agrária regional foi a base da análise; na política de exportação, foram observadas as medidas cambiais, comerciais e tributárias adotadas no período considerado (1960 – 1980).

No CAPÍTULO 4, examinou-se a organização social da região cacauzeira da Bahia. Inicialmente, tratou-se do produtor de cacau, observando sua origem, estratificação, perfil, capacidade de organização etc. Essa análise foi elaborada

baseando-se no pensamento predominante entre os estudiosos do cacau, que vêem no comportamento do produtor o fator determinante da organização social regional. Ou seja, a realidade social regional resulta do comportamento do produtor. Em seguida, buscaram-se através de uma perspectiva histórica, elementos necessários para uma melhor compreensão da organização social da região cacauzeira da Bahia no período analisado neste estudo. Nesse sentido, incluiu-se na análise o fator político, enfatizando o confronto entre as elites canavieira, do recôncavo baiano, detentora secular do poder político na Bahia e a elite cacauzeira, detentora do poder econômico a partir do início do século XX. Nessa perspectiva histórica, o capítulo foi concluído analisando o papel da CEPLAC como representante da cacauicultura baiana, buscando nela o papel de autoridade regional de Sérgio Boisier.

Os capítulos foram construídos pela pesquisa bibliográfica, pela pesquisa documental e por entrevistas.

A pesquisa bibliográfica respaldou o referencial teórico do estudo e forneceu os conceitos essenciais da economia regional. Buscaram-se também, através da pesquisa bibliográfica, argumentos e conclusões dos estudiosos em relação ao tema estudado.

A pesquisa documental teve por finalidade complementar e justificar os argumentos levantados. Leis, Decretos, Normas, Relatórios Oficiais, entrevistas em jornais, discurso de autoridades etc. foram os documentos usados. Os aspectos quantitativos dos documentos foram apresentados em tabelas (séries históricas) e sua interpretação foi feita através de comparação de frequência, taxa e percentagem. Ou seja, através de uma análise descritiva dos dados.

As principais fontes da pesquisa documental foram: Biblioteca da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Centro de Documentação da UESC (CEDOC); Biblioteca e Departamento de Sociologia e Estatística da CEPLAC; Secretaria de Agricultura da Estado da Bahia; jornal Diário de Ilhéus.

Foram utilizadas entrevistas semidirigidas com atores que interferiram e/ou interferem na cacauicultura baiana a partir de 1960. O critério de escolha dos atores foram os cargos ocupados por eles. Pediu-se ao entrevistado que tecesse considerações sobre cinco tópicos: 1) Uma análise do cacauicultor (origem, perfil, capacidade empresarial); 2) Capacidade do produtor de se fazer representar politicamente (qualidade e quantidade); 3) Os diversos grupos de interesse na

cacaucultura (industriais, exportadores, o Estado); 4) a CEPLAC como representante da cacaucultura (constituição, tecnocracia, disputa política); 5) Lideranças regionais (existiram? Qual o seu perfil?). As entrevistas foram gravadas em cassetes (exceção da entrevista de Carlos Brandão - por escrito) e realizaram-se nos meses de março e abril de 2001.

As entrevistas foram utilizadas nos capítulos 3 e 4 do trabalho. Na elaboração desses capítulos optou-se por não transcrever na íntegra as entrevistas, elas fundamentam as argumentações contidas neles e são transcritas apenas em partes, quando adequadas e necessárias às argumentações.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 BASE TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A análise regional consolida-se como ramo específico do estudo da economia a partir dos anos 50 com o surgimento das principais teorias explicativas do crescimento e do desenvolvimento regional: teoria da base de exportação; neoclássica; da causação cumulativa; e do pólo de desenvolvimento. Essas teorias não somente dominaram o debate sobre a problemática regional entre as décadas de 50 a 70, como influenciaram as decisões dos planejadores e as políticas regionais.

A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO – O artigo **Teoria da Localização e Crescimento Regional**, de North (1955), é reconhecidamente o marco inicial da teoria da base de exportação. Apesar do conceito de base econômica ter sido empregado anteriormente por outros estudiosos, é North que dá a esse conceito o caráter de teoria do desenvolvimento regional.

Nesse artigo, North discorda de pensadores como E. M. Hoover e J. Fischer, que vêem o crescimento regional como seqüência dos estágios primário, secundário e terciário, que as regiões percorrem no curso de seu desenvolvimento e afirma: "Essa concepção não se aplica ao entendimento do crescimento das regiões dos Estados Unidos, o crescimento de uma região está intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações" (NORTH, 1977, p.297). Esse sucesso pode resultar da melhoria das exportações existentes em relação às áreas competitivas, ou como resultado do desenvolvimento de novas exportações.

No mesmo artigo, North evidencia ter-se inspirado nos *insights* de Harald Innis, sobre o crescimento econômico canadense. As pesquisas de Innis convenceram-no da importância crucial dos produtos exportáveis primários na configuração das novas economias. O conceito empregado por Innis para designar o principal produto produzido pela indústria extrativa de uma região é **produto primário**, em North, esse conceito é ampliado para **produto de exportação de uma região**, incluindo produtos primários, secundários e terciário. Ele usa a expressão **produto de exportação ou serviço** para se referir aos itens

individuais e a expressão **base de exportação** para designar coletivamente os produtos de exportação de uma região. Reconhece o autor que se tratando de regiões novas, tipicamente baseadas na indústria extrativa, o seu conceito de **produto de exportação** é sinônimo do conceito de *Export Staples* de Innis¹.

Na teoria da base de exportação, as atividades econômicas de uma região se dividem entre as que são produzidas para o mercado exportador (atividades de exportação ou básicas) e as que são produzidas para o mercado interno (não básicas ou residenciais). O crescimento de uma região, segundo essa teoria, está vinculado à expansão de sua base de exportação. Essa expansão pode resultar: a) do crescimento da demanda do bem exportado pela região, devido a um aumento na renda na área do mercado, ou decorrente de mudança no gosto; b) por melhoramento nos custos de processamento ou de transferência (transporte) dos produtos de exportação da região em relação às regiões competidoras. Essa teoria centra-se na demanda agregada, tendo portanto um enfoque keynesiano. As exportações (produto básico) são o motor inicial do crescimento regional, crescimento esse determinado pelo multiplicador econômico regional.²

Tendo como referência a concepção de North, Schwartzman (1975) delinea o que poderiam ser os elementos para uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento regional a partir de uma base de exportação.

CRESCIMENTO REGIONAL – Para desencadear o processo de crescimento a região tem de atender a demanda externa tendo, portanto, que possuir o produto demandado³, uma vez que os recursos estão desigualmente distribuídos entre as regiões. Não basta produzir o produto demandado por outra região nacional ou internacional. A região produtora terá de colocá-lo no mercado a preços competitivos. O preço com o qual a região terá de colocar o produto no mercado dependerá dos seus custos de produção: a) custo de transferência, ou

¹ Os estudos de Innis fundamentam a teoria Staples que, semelhante à teoria da base de exportação, baseiam-se no estudo sobre as características do produto de exportação e o exame das relações entre os fatores locacionais e o desenvolvimento regional. A teoria Staples, contudo, trata apenas de exportações primárias.

² $Y = 1/1 - c + m / X$

Onde: Y = nível de renda regional c = propensão a consumir da região
m = propensão a importar da região X = nível das exportações do produto

³ Em regiões novas e/ou subdesenvolvidas são geralmente os recursos naturais e algumas atividades primárias os produtos exportáveis e portanto indicadores do processo de crescimento e desenvolvimento.

seja, os custos incorridos para trazer os insumos necessários até o local de produção e os custos de levar o produto até o consumidor; b) custo de processamento, ligado à fabricação do produto e que depende do estágio de desenvolvimento da região, estágio esse que definirá o nível tecnológico para a produção, especialmente a relação capital/trabalho⁴.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL – O atendimento à demanda externa e sua repercussão no nível de renda via multiplicador regional é insuficiente, por si só, para a compreensão do processo de desenvolvimento regional, e esse só será possível se a região for capaz de interiorizar e difundir as vantagens de sua base de exportação. Se o produto de exportação estiver apenas desenvolvendo-se sem atingir outros setores da economia, não se está diante de um verdadeiro processo de desenvolvimento. É necessário que outras atividades produtivas surjam, que a distribuição de renda atinja o maior número de pessoas e que, eventualmente, apareçam outras "bases" de exportação.

O dinamismo da base de exportação depende de fatores internos e externos: a) da elasticidade-renda da procura, se o produto (único) tem baixa elasticidade-renda não haverá uma tendência secular para o aumento de suas vendas, à medida que as regiões importadoras se desenvolvam; b) da capacidade de reduzir o custo de produção de exportação, seja pela melhoria da rede de transporte, seja através de melhoria na produtividade pela inovação tecnológica ou pelo maior e melhor uso do capital e de recursos humanos.

A difusão do dinamismo, contudo, dependerá dos seguintes aspectos: a) característica do produto de exportação, a tecnologia usada na produção pode causar repercussão em outros setores produtivos da região (encadeamento para trás, para frente, ou da demanda final); b) diversidade dos recursos naturais da região, se a região possuir outros recursos naturais de tal forma que o rendimento que eles possam oferecer não sejam muito inferiores aos da base de exportação, então com o desenvolvimento desses e o aparecimento de economias externas, eles poderão ser também explorados (diversificação); c) a maneira como a renda é distribuída.

⁴ Dependendo da função de produção do bem exportado, a relação K/L (capital / trabalho) poderá ter influência na capacidade de uma região produzir competitivamente, por exemplo, se o bem exportado for de produção extensiva de capital e a relação K/L for baixa.

Uma importante contribuição à compreensão da difusão do dinamismo regional, a partir da base de exportação, é dada por Hirschman (1961), através do conceito de encadeamento do produto. A tecnologia usada na produção do produto de exportação pode causar repercussões nos outros setores produtivos da região. Essas repercussões dependerão da quantidade de insumos regionais utilizados, da possibilidade de o produto de exportação ser usado como insumo para outras atividades e da demanda secundária gerada pelos fatores de produção utilizados nos vários estágios. Segundo Hirschman, essas repercussões podem ser classificadas em:

a) encadeamento para trás - são as repercussões da indústria de exportação sobre outras atividades que podem fornecer-lhe insumos, inclusive bens de capital. Esse encadeamento dependerá da função do produto de exportação e dos preços relativos do insumo na região;

b) encadeamento para frente - são os efeitos causados nas atividades que se criam para utilizar o produto da indústria de exportação;

c) encadeamento da demanda final - refere-se ao investimento realizado na indústria local de bens de consumo para atender à procura dos fatores de produção da indústria de exportação e das outras atividades existentes por ela. Esse encadeamento dependerá do tamanho do mercado local e da distribuição de renda.

Ao analisar a teoria da base de exportação, Roura (1995)⁵ evidencia as estratégias e as ações que devem ser incrementadas para que o crescimento e o desenvolvimento regional se efetivem. Ampliar a base de exportação regional e aproveitar ao máximo seus efeitos locais constituem as principais estratégias recomendadas; incentivar e apoiar as atividades de exportação existentes, atrair grandes empresas que reexportam produtos para o resto do mundo, localizar na região grandes empresas públicas e aproveitar os efeitos positivos das exportações são as principais ações a serem executadas.

TEORIA NEOCLÁSSICA – O modelo de crescimento e desenvolvimento regional neoclássico é ao mesmo tempo um modelo de movimento inter-regional

⁵ Segundo Roura, a teoria da base de exportação e a teoria das etapas de desenvolvimento predominaram no estudo da análise regional na Europa ocidental na década de 50.

dos fatores de produção. Borts e Stein⁶ estão entre os principais teóricos desse modelo. Para eles, a variável básica do modelo é a flutuação regional da produtividade, da mão-de-obra, dos salários e da renda por habitantes. Em condições de ausência de fricções ou limitações de plena concorrência, a mobilidade se realiza. O trabalho se deslocará das regiões atrasadas para as regiões avançadas em busca de melhor remuneração e o capital irá na direção oposta, já que a taxa de rendimento marginal é maior naquelas regiões em que o salário e o capital per-capita são mais baixos. Sendo assim, a taxa de acumulação tende a igualar-se em ambas as regiões, ocorrendo o mesmo por um certo período de tempo com a renda per-capita.

A formulação dos modelos de corte neoclássicos, inclusive os modelos regionais, centra-se no lado da oferta e no livre jogo do mercado e na tendência "natural" para o equilíbrio mediante a mobilidade dos fatores básicos da produção: capital e trabalho. A partir dessa concepção, a teoria neoclássica concebe sua função de produção⁷ na qual o volume de produção (Y) é função de dois fatores capital (K) e trabalho (L), podendo ainda se agregar a essa função a terra (N). Essa forma de análise neoclássica é válida tanto para o conjunto da economia, para uma região, ou para uma firma.

As mobilidades inter-regionais dos fatores e a prioridade aos mecanismos de mercado constituem as estratégias desse modelo. Para objetivá-las recomendam-se as seguintes ações: incentivo à mobilidade da mão-de-obra; incentivo ao capital para superar a falta de atração das regiões subdesenvolvidas; corrigir e equilibrar as imperfeições do mercado de trabalho, através da redução dos encargos fiscais e sociais; medidas de apoio às áreas menos favorecidas, viabilizando nessas áreas a atuação das forças de mercado.

TEORIA DA CAUSAÇÃO CUMULATIVA – O conceito de causação cumulativa opõe-se à visão neoclássica de equilíbrio. Um efeito propulsor ou regressivo causa repercussões circulares e acumulativas num espaço econômico. Para Myrdal, as forças de mercado tendem a aumentar as desigualdades e não a diminuí-las " a teoria econômica não tem considerado os chamados efeitos não-econômicos e os mantém fora do âmbito da análise. Figurando tais fatores entre os principais veículos na

⁶ Citados por ROURA (1995, p. 38).

⁷ $Y = f(K, L)$.

causação circular dos processos acumulativos de mudanças econômicas, sua omissão representa uma das principais deficiências da teoria econômica" (Myrdal, 1972, p. 57).

Assim, um acidente (negativo ou positivo) acontecido em uma comunidade desencadeará um processo de causação circular com efeitos que se acumulam. O crescimento inicial de uma determinada região gera inicialmente um fluxo de migração criando e ampliando o mercado interno. A ampliação da demanda estimula as decisões de investimento, proporcionando conseqüentemente economias de escala, de aglomeração e adoção de inovações. Verifica-se então aumento na produtividade e na capacidade competitiva regional. A economia local atrai novos investimentos, expande as exportações, aumenta o emprego e ocorrem novos fluxos de migrações. Ou seja, mais desenvolvimento. Se ocorrer um acidente negativo, como por exemplo, o fechamento de uma indústria, o processo cumulativo terá um caráter adverso do anteriormente citado.

O que a teoria da causação cumulativa de Myrdal traz em si é o reconhecimento de que a plena mobilidade dos fatores pregada pelos neoclássicos é insuficiente para proporcionar o desenvolvimento igualitário das regiões, o que justifica a intervenção do Estado para possibilitar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

Medidas como incentivos fiscais e creditícios, inversões em áreas atrasadas economicamente, inversões empresariais do setor público e criação de infra-estrutura e serviços coletivos constituem as principais ações recomendadas por essa teoria. Tais ações permitem a correção do mercado e a compensação das desvantagens das regiões pobres.

TEORIA DO PÓLO DE CRESCIMENTO – A teoria do pólo de crescimento elaborada por Perroux e aprimorada por Boudeville e outros discípulos tem como base a grande unidade de produção. Uma indústria “chave” localizada de forma exógena em uma região economicamente atrasada, por sua dimensão e capacidade tecnológica, gerará um conjunto de efeitos de polarização. Efeitos derivados do multiplicador keynesiano, de insumos-produtos diretos e indiretos, de aceleração e imitação.

Perroux mostra através da teoria da polarização que os efeitos do crescimento não se propagam igualmente por todos os setores “... o crescimento não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo, manifestando-se em pontos específicos ou pólos de

crescimento irradiando por diversos canais com efeitos finais variáveis para a economia como um todo" (PERROUX, 1977, p. 147).

Na base da teoria do pólo de crescimento, tem-se a idéia de que o crescimento econômico não resulta da ação de agentes isolados em situação de concorrência (concepção neoclássica) mas sim, das ações específicas de grandes unidades econômicas (empresas) que por sua dimensão e posição podem ter papel dominante. O crescimento também não seria uma progressão linear e equilibrado, mas um processo conflitante e dinâmico que se propaga dentro do desequilíbrio sob a ação privilegiada de alguns agentes. Entender o crescimento dessa forma é entender que ele não é um fato global, mas sim, um fato polarizado que depende do peso e da posição da indústria motriz⁸.

Criar pólos de crescimento através de indústrias chaves constitui a principal estratégia dessa teoria, estratégia essa que se viabiliza pelas seguintes medidas: localização de complexos industriais em zonas atrasadas; ajuda a centros urbanos com possibilidade de desenvolvimento industrial.

1.2 NOVAS TEORIAS EXPLICATIVAS DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As mudanças verificadas na economia internacional nos anos 70 modificam a forma de produzir e as estratégias de localização. As teorias regionais anteriores parecem não dar conta da complexidade da nova realidade, tornando-se necessárias novas concepções teóricas para interpretar os efeitos dessas mudanças em nível regional.

TEORIA DO CRESCIMENTO ENDÓGENO – Nos anos 80, devido às transformações verificadas na década de 70, é observada uma nova forma de análise territorial, sobretudo onde as pequenas empresas locais apareciam como protagonistas do bom desempenho regional.⁹ A análise evidenciava os elementos

⁸ A indústria motriz é aquela que tem a propriedade de aumentar as vendas e as compras de uma ou várias indústrias ao aumentar suas próprias compras e vendas. Se a indústria motriz induz o conjunto da economia nacional, denomina-se indústria chave.

⁹ Trabalhos como os de Bagnasco (1977), Bacattini (1977), Johnisson (1983), Piore e Sabel (1983 e 1984) são precursores dessa concepção - citados por ROURA (1995, p.17).

que poderiam ser responsáveis pelo êxito das economias locais: a) o talento empresarial; b) um sistema produtivo flexível; c) as economias geradas nos distritos industriais; e d) a existência de algum “agente” individual ou coletivo¹⁰ capaz de atuar como catalisador para mobilizar o potencial autônomo.

A partir da constatação desses elementos, todo esforço se concentra em descobrir as vantagens que poderiam ter as pequenas empresas, no que tange a custo, longe das grandes áreas metropolitanas, dentro dos distritos industriais.

Comentando sobre as novas forças que estão remodelando a economia mundial, Scott (1998) destaca a região e sua potencialidade endógena no mundo global. Na medida em que os Estados Nacionais perdem poder e as regiões deixam de ser simples segmentos administrativos dos governos centrais abre-se uma série de perspectivas para elas. Ou seja, o êxito de cada região depende não só do seu potencial econômico, mas acima de tudo, da sua capacidade de organização.

Ainda segundo Scott, a emergência de um mosaico de regiões fornece um amplo terreno para numerosas experiências na construção de novos tipos de instituições políticas locais, formas mais avançadas de convivência social, assim como novos tipos de comunidades econômicas, destacando ainda uma correlação positiva entre formas de participação democrática e espírito comunitário de um lado e desenvolvimento econômico de outro.

Uma importante contribuição ao estudo do desenvolvimento regional endógeno é dada por Sérgio Boisier (1989)¹¹. Boisier observa que as estratégias de desenvolvimento regional praticadas, especialmente, nas décadas de 60 e 70 são limitadas para entender e planejar efetivamente o desenvolvimento de uma região. Essas limitações devem-se aos seguintes aspectos:

a) aplicação irrestrita das teorias, modelos, metodologia e políticas universais usadas em diferentes contextos - isso desrespeitando o meio social regional;

¹⁰ O agente pode ser: um banco local, um presidente de associação local ou algum empresário de talento.

¹¹ A teoria do desenvolvimento endógeno, de corte neoclássico, preocupa-se apenas com os aspectos econômicos do crescimento regional, a partir da análise do progresso tecnológico, resultante de aspectos endógenos. Em Boisier, a preocupação é com o desenvolvimento econômico que só pode verificar pela capacidade da região de se organizar socialmente, o que implica analisar não apenas fatores econômicos mais também fatores sociais e institucionais.

b) enfoque do universo regional encerrado em si mesmo - manifestando-se principalmente pelo divórcio entre políticas regionais e políticas econômicas nacionais;

c) o caráter monodisciplinar (economicista) no aspecto profissional - estratégias elaboradas por economistas que desconheciam o papel de outros especialistas, como sociólogos, antropólogos, historiadores etc;

d) separação artificial entre o sujeito e o objeto do planejamento regional - decorrente de um planejamento setorial que não observava que as regiões não são apenas divisões geográficas, que são essencialmente, expressões territoriais de grupos sociais com história, consciência e expressão política. Ou seja, a região sujeito e não objeto das propostas de desenvolvimento regional.

Após evidenciar os aspectos limitativos das estratégias de desenvolvimento regional até então praticadas, Boisier sugere "necessitamos de uma nova forma para entender a questão do desenvolvimento regional" (BOISIER, 1989, p.594). Em realidade ele diz que o estudo regional requer um novo paradigma na definição de Kuhn¹².

O ponto de partida para construção de um novo paradigma consiste na superação das quatro críticas anteriormente evidenciadas e em delinear uma nova atitude de pensar o regional.

Inicia pregando o rompimento da separação artificial entre sujeito e objeto, que implica a passagem da região-objeto para a região-sujeito, a região deve ser vista, ao mesmo tempo como espaço geográfico e espaço social. Ou seja, uma matriz de grupos sociais cujo nexos de articulação seja dado pela consciência coletiva de pertencer a um território comum que, formando parte de um território nacional possui suficientes especificações para diferenciar-se, e cujos interesses fracionais estejam subordinados estruturalmente a um interesse coletivo regional expresso em reais projetos políticos, permanentes e transitórios. Assim, quando for reconhecida a função de sujeito das regiões é a comunidade regional que exercerá o direito de ser ator.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento regional passa a ser estruturado a partir dos próprios atores regionais, e não mais pelo planejamento centralizado. Essa estrutura é realizada por meio da organização regional, que tem como

¹² Para Kuhn, a história da ciência é a história da substituição de paradigmas. Quando se dá a rejeição parcial ou total de um paradigma e o novo é aceito, a ciência entra num período de revolução, assim as revoluções científicas são súbitos episódios de renovação e de desenvolvimento não cumulativo.

característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores regionais.

Os enfoques dos problemas regionais deverão ter também dimensões sociais e políticas e firmarão suas raízes em demanda, não só de caráter econômico, mas contendo o olhar de outros cientistas sociais, como antropólogos, sociólogos, políticos etc.

Deve-se observar também que as políticas econômicas de natureza global e de natureza setorial não são, em geral neutras, ao contrário, têm efeitos diretos e indiretos nas diferentes regiões.

Por fim, Boisier faz considerações sobre a inércia das idéias e a construção de um novo paradigma regional: um novo enfoque, por mais radical que seja, não poderá abandonar totalmente o arsenal teórico até então utilizado. Isso significa que qualquer proposta de desenvolvimento regional deverá considerar um certo grau de permanência de algumas das principais características que prevaleciam ou dominavam as estratégias de desenvolvimento regional anteriores.

Para desenvolver o que Boisier denomina de "um novo conceito de desenvolvimento", ele adota um cenário no qual os atores são, por um lado, o Estado (como figura jurídica), e de outro lado a região (como configuração geo-social). Cada um deles com diversidade de departamento (no sentido teatral) que, na realidade, são decisões de índole política, econômica e social, que cada ator tomará em relação ao fenômeno do desenvolvimento regional, possibilitando compreender a sua existência ou a sua falta, em termo de interação dos vários processos. Ou seja, em termos de interpretação de alguns conjuntos de decisões através do tempo.

Assim, o desenvolvimento a longo prazo de uma região e não apenas seu crescimento econômico pode ser explicado como resultado da interação de três aspectos:

1º) Participação relativa no uso dos recursos nacionais pelos quais as regiões competem explícita ou implicitamente.¹³ O financiamento de uma região compõe-se da soma dos recursos nacionais apropriados pela região, daí a

¹³ A expressão "recursos nacionais" é empregada no sentido de recursos móveis, com preferência de caráter financeiro, se possível também controlado pelo setor público, ou seja, pelo governo central e instituições funcionalmente descentralizadas.

importância de se verificar a capacidade da região em conseguir tais recursos; e dos recursos propriamente regionais (em geral pouco significativos).

2º) Efeitos regionais, diretos ou indiretos, das políticas macroeconômicas ou setoriais. Esses efeitos poderão ser um fator coadjuvante ou contraproducente do desenvolvimento regional. Ao avaliar a possibilidade do desenvolvimento regional, deve-se, portanto, considerar o impacto geral de, pelo menos, algumas das políticas macroeconômicas e setoriais de maior significação (política monetária, fiscal, cambial, agrária etc.).

3º) Capacidade de organização da região. O desenvolvimento de uma região como fenômeno diferente do simples crescimento¹⁴ implica a capacidade de internalizar regionalmente o próprio crescimento, ou seja, reter e reinvestir na região uma porção significativa de excedente gerado pelo crescimento econômico; transformar em endógenas algumas variáveis exógenas do crescimento regional, ou em criar condições para controlá-las; possibilitar a inclusão social, tanto na apropriação dos resultados da atividade econômica como em processos tipicamente políticos. Objetivamente, essa capacidade de organização social da região deverá estar referida: a) na qualidade, capacidade e identidade da autoridade política da região para representar e decidir em nome dela; b) em possuir uma tecnocracia regional com qualidade para fundamentar as questões negociadoras da autoridade regional; c) em ter uma classe empresarial dinâmica e identificada com a região, capaz de identificar as oportunidades e efetivá-las¹⁵; d) em criar canais e redes de agregações ou estruturas sociais regionais capazes de possibilitar a participação da população.

Reafirmando a necessidade de uma nova forma de analisar a região, Boisier argumenta que as teorias existentes, até então, sobre desenvolvimento econômico, enfatizam a dinâmica do crescimento econômico, muito mais que os fatores iniciais que dão início ao processo. Não contam a história completa do desenvolvimento ou de sua coerência, respondem mais ao "como" e não ao

¹⁴ Os conceitos aqui adotados são os usuais: entende-se como crescimento econômico as mudanças quantitativas verificadas, e por desenvolvimento econômico a manifestação de mudanças estruturais.

¹⁵ Em sistema capitalista misto essa "burguesia" regional desempenha um papel fundamental tanto do ponto de vista do crescimento econômico como do passo para o estado de desenvolvimento.

"porquê". Isso porque supõem-se como dadas certas atitudes da sociedade e como neutras certas ações públicas.

As teorias existentes só poderão indicar acuradamente potencialidades de desenvolvimento sempre que estiverem presentes determinadas condições institucionais e sociais. Uma região poderá ter vantagens comparativas óbvias na produção de bens de elevada demanda, porém, essas vantagens só serão transformadas num processo de desenvolvimento se a região, através da sua organização social for capaz de compreender, usar e transformar tais vantagens. Ou seja, devem-se considerar além dos fatores econômicos, fatores institucionais e sociais como responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento (BOISIER, 1989, p. 610)

Para Boisier, o elemento fundamental para o desenvolvimento regional é sua organização social. Assim, mesmo que uma região esteja em posição favorável com respeito à sua participação na cota nacional de recursos em relação aos efeitos indiretos da política econômica, suas chances são maiores para a aceleração do crescimento econômico. Contudo, se a capacidade de organização social da região não se faz presente, a conseqüência é a aparição de ciclos típicos de expansão e depressão em nível regional. O processo de crescimento econômico regional pode ser considerado, dentro dessa interpretação, como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região. O processo de desenvolvimento, contrariamente, é considerado como a internalização das forças determinantes do crescimento econômico e conseqüentemente como essencialmente endógeno.

TEORIAS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS¹⁶ – Inicialmente essa teoria centrou-se na distribuição geográfica das atividades de investimento e de desenvolvimento. Seus princípios básicos podem ser sintetizados como:

a) **a atividade de inovação tende naturalmente à concentração espacial.** Isso possibilita a maior exploração do conhecimento científico e tecnológico, proporcionado pelos centros de investigação e universidade. Essa

¹⁶ A síntese das teorias das inovações tecnológicas baseou-se em ROURA (1995, pp. 16-25).

concentração permitiria, também, melhor acesso à informação, maior mobilidade da mão-de-obra e acesso aos serviços de ponta;

b) o processo de inovação caracteriza-se por seu caráter acumulativo.

Pelas economias externas, pelos efeitos da mão-de-obra qualificada e pelos conhecimentos tecnológico e organizativo que impulsionam a inovação dentro de determinada área. Sendo assim, a partir desta visão, podem-se delinear três tipos de regiões:

I) as regiões inovadoras – são essencialmente as regiões centrais em que o fácil acesso à informação, a existência de mão-de-obra qualificada, o elevado conhecimento tecnológico e científico, e uma demanda potencial facilitam e apóiam os processos de inovação;

II) regiões adaptativas – através da seleção da tecnologia adequada a sua realidade, a região desenvolve um processo de inovação. Ou seja, a região apropria-se de melhores tecnologias e as adapta às suas necessidades de produção e às suas vocações industriais tradicionais garantindo um desenvolvimento local sustentado;

III) regiões dependentes – nessas regiões, o desenvolvimento decorre exclusivamente da tecnologia externa que chega à região geralmente através de sucursais das multinacionais, criando forte dependência tecnológica para a região, podendo em longo prazo constituir obstáculo ao desenvolvimento regional.

Uma outra forma de enfocar os efeitos espaciais dos processos de inovação é pela intra e interregionalidade dos processos de difusão das inovações. O conhecimento tecnológico nesse caso se expande de forma quase automática ao longo dos anos, e através de diversos canais abrange todo o território. A expansão das inovações nesse caso aparece como um processo permanente, o que a compatibiliza com a teoria do ciclo de vida do produto de Hirsch e Vernon, em que as diferenças regionais, enquanto capacidade tecnológica, são conseqüências de processos “fisiológicos” provocados pelo “envelhecimento da tecnologia”, o que resulta na existência de um pluralismo tecnológico num espaço geográfico refletindo a evolução interregional das tecnologias, ou da produção, em determinado momento. Ou seja, o processo de expansão da inovação dá lugar à existência de diversas tecnologias em regiões diferentes, o que explica o fenômeno do pluralismo tecnológico. O que está por trás da idéia do pluralismo tecnológico é um alto grau de otimismo em relação às

possibilidades de desenvolvimento das regiões atrasadas. Se há pluralismo tecnológico, existe para cada região uma tecnologia adequada às técnicas e aos fatores de produção de que dispõe a região.

Um outro enfoque dentro das teorias das inovações tecnológicas dá ênfase ao conceito de “entorno inovador”. Ele pode ser considerado como um equivalente dinâmico do conceito de distrito industrial. O que torna essa tese diferente da tese dos tradicionais distritos industriais é a atenção dada ao processo de inovação ao invés de centrar-se somente nas eficiências das economias locais. A capacidade de inovação pode surgir a partir de decisões tomadas fora do âmbito econômico regional. O entorno inovador pode então ser definido como: **um microcosmo no qual atuam os elementos que criam o desenvolvimento econômico e de troca**. Elementos esses que se beneficiam da proximidade geográfica, da homogeneidade econômica e cultural. Esses elementos definem territorialmente o próprio meio ou entorno local/regional. Contudo, os entornos inovadores não podem sobreviver e dinamizar-se apenas com suas energias internas.

Há necessidade de alguma energia externa em forma de novas informações tecnológicas, organizativas e de mercados e de criar canais que permitam receber e utilizar, de modo eficiente, tais energias. Ou seja, criar redes transterritoriais. As redes externas constituem, pois, um dos mais importantes elementos para evolução e sobrevivência do entorno inovador.

1.3 BASE TEÓRICA DO ESTUDO

Estudar as regiões produtoras de bens primários para exportação (como a região cacauzeira da Bahia) através da teoria da base de exportação é o que tem sido feito pelos estudiosos da problemática regional. Nesse caso, o estudo do crescimento e do desenvolvimento regional se faz pelo estudo do produto no qual são considerados apenas os fatores econômicos. Para Boisier (1989), muitas das teorias do desenvolvimento regional (entre as quais a teoria da base de exportação) acabam sendo muito mais descritivas do que explicativas. Ao limitar a análise aos aspectos puramente econômicos dos resultados da produção, essas teorias deixam de considerar aspectos sociais e institucionais capazes de explicar

a realização desses resultados. Assim, a concepção de Boisier, ao incluir na análise esses aspectos, complementa-as. Utilizar-se-á a teoria da base de exportação e concepção endógena de desenvolvimento regional, a vertente de Sérgio Boisier como referencial teórico do estudo pretendido: a teoria da base de exportação será utilizada para analisar o produto cacau no período 60 - 80. Tratando esse estudo de uma região produtora de uma base de exportação, essa teoria é aquela que melhor adequa-se aos propósitos do trabalho. A concepção de Boisier foi escolhida como base teórica por possibilitar, através da introdução de aspectos sociais e institucionais, uma análise que ultrapasse meramente os aspectos econômicos, proporcionando uma melhor compreensão dos impactos socioeconômicos do produto de exportação, o cacau, para o desenvolvimento da região cacaeira da Bahia.

2. ANÁLISE DO PRODUTO CACAU

A análise será baseada no delineamento proposto por Schwartzman (1975), para uma estratégia de crescimento e de desenvolvimento regional, baseada na teoria da base de exportação. Na análise da consolidação da base de exportação cacau, serão considerados os custos de transferências (transportes) e os custos de produção. Para analisar a dinamização e propagação desta base de exportação, consideraram-se os seguintes fatores: custos do produto, demanda do produto cacau, distribuição da renda regional, diversificação dos recursos naturais da região e encadeamento do produto cacau.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA BASE DE EXPORTAÇÃO CACAU

CUSTOS DE TRANSFERÊNCIAS – A comercialização de cacau na Bahia compreende dois estágios: a) o primeiro estágio corresponde à comercialização interna, em que o cacau é transferido das fontes produtoras para os agentes exportadores; b) o segundo estágio é o da exportação efetivada pelas casas exportadoras visando ao mercado consumidor, na quase totalidade representado por países estrangeiros.

As dificuldades de transportes das áreas de produção, pela falta de estradas, constituíram um dos principais problemas da cacaicultura baiana especialmente no primeiro ciclo de produção para exportação (1890 – 1931). Tal deficiência nos transportes para comercialização interna intensificou a presença da figura do intermediário entre o produtor e o exportador. O intermediário funcionava como atenuante desse problema, facilitando o escoamento da produção e abastecendo as propriedades rurais com gêneros diversos. Essa intermediação, porém, aumenta o custo de produção e reduz a parcela de lucro do produtor no produto. Inácio Tosta Filho¹⁷, comentando sobre o problema dos transportes no primeiro ciclo da produção de cacau na Bahia, diz “...O transporte representa em certos lugares de 40 a 50% do valor do cacau nos portos primários de embarque” e conclui que o transporte para comercialização interna era precário para as necessidades de mais de 80% da produção de cacau antes de 1931.

¹⁷ Citado por GARCEZ (1981, p.14).

A criação do ICB em 1931 resolve o problema de transporte na comercialização interna do cacau. Entre os principais objetivos do Instituto, evidenciados no ato da sua criação estava a solução para o problema do escoamento da produção interna. Num período de cinco anos (1931 –1936), o ICB havia concluído os trabalhos de locação e reconhecimento de uma razoável rede rodoviária na zona do cacau, constituída de 531 Km, da qual já tinha construído 290 Km e reconstruído 82 Km de antigas rodovias interiormente quase que intrafegáveis como, por exemplo, a rodovia Ilhéus-Itabuna, os dois principais centros urbanos da região¹⁸.

É sem dúvida excepcional o desempenho do ICB em relação ao problema do transporte. Em período relativamente curto, integra a região ao sistema viário do estado da Bahia, assim como criou condições satisfatórias para o escoamento da safra, uma das questões mais urgentes da região. Cálculos de Inácio Tosta Filho (1960) evidenciam que a política do ICB, primordialmente, voltada para o agricultor, especialmente no que diz respeito ao transporte, eleva o preço da mercadoria cacau na fazenda para cerca de 70% do valor FOB¹⁹, já deduzidos os impostos municipais e estaduais, despesas de manutenção e outros. Para antes de 1931, o autor estipula, em média, 55% a 60% esse valor.

CUSTO DE PRODUÇÃO – O estudo “Análisis Preliminar de los Costos de Producción de Cacao en Bahia en el años agricola 1965/6”, do pesquisador da Comissão Executiva do Plano-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)²⁰ Richard Cox (1966), constitui o primeiro estudo importante sobre os custos da produção de cacau na economia cacaueira baiana. Apesar do período analisado, 1965/66, esse estudo retrata, em verdade, a composição dos custos de produção de cacau na Bahia desde sua implantação, em solos baianos até o período analisado no trabalho, 1965/66. Isso porque, ainda na década de 60, continuava-se a produzir cacau na Bahia como tinham produzido os pioneiros desbravadores²¹.

Analisando os custos de produção do cacau, Cox (1966) chega a algumas importantes conclusões: o principal fator que afeta o custo fixo total é o valor da

¹⁸ Fonte: relatórios anuais do ICB (1931-1936).

¹⁹ Significa que as importações e as exportações são computadas pelo valor de embarque, não incluindo os fretes e seguros.

²⁰ Hoje a CEPLAC significa Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

²¹ A forma de produzir cacau na Bahia só se alterará efetivamente na década de 70 com as técnicas “modernas” implantadas pela CEPLAC.

terra, 64,08% desse custo; na composição do custo variável, a mão-de-obra constitui o item principal, 70% desse custo. Conclui ainda o autor que a relação entre o custo total unitário e o preço do produto é de 74%, sendo o restante 26% o lucro bruto do produtor.

Essa forma extensiva de produzir cacau ganha força principalmente a partir do final do século XIX, quando o cacau passa a ser produto de destaque na pauta de exportação brasileira e vigora até a década de 70. A esse respeito, o próprio Cox, por referência, comenta: "Observa-se que na área estudada não se combatem pragas, não se controlam enfermidades, nem se usam fertilizantes" (COX, 1966, p.10).

Sendo a mão-de-obra o mais importante item no custo de produção de cacau na Bahia até a década de 60, é através dela que os produtores buscam reduzir custos, viabilizando a produção e tornando seu produto competitivo internacionalmente. Como não era possível reduzir a quantidade de mão-de-obra, uma vez que o aumento da produção implicava ocupação de maior área e maior número de trabalhadores (produção extensiva), reduzia-se o custo com mão-de-obra através de menores remunerações pagas aos trabalhadores rurais.

Apesar da diversidade e da complexidade nas relações de produção na economia cacauzeira baiana, podem-se evidenciar três principais categorias de mão-de-obra que proporcionaram a redução do custo variável nessa produção²²: a) **assalariado** – também chamado de trabalhador, operário, diarista, peão. Pode ser permanente (morar na fazenda), ou temporário (os bóias-frias do cacau). Pode ser contratado pela diária, neste caso, ganha (de direito) um salário mínimo e trabalha (em termos legais) 8 horas diárias; ou pode ser contratado por empreitada. Assim, o trabalhador aceita fazer determinada tarefa por "x" (qualquer atividade inerente à produção de cacau), cada semana toma um adiantamento em dinheiro, geralmente correspondente ao valor pago ao assalariado, e deixa o saldo na mão do patrão para receber no final da empreitada²³; b) **contratista** – recebe uma terra por 3 a 6 anos para plantar cacau, utilizando-a também para agricultura de subsistência enquanto planta os cacauzeiros. Quando devolve a terra recebe um percentual, anteriormente acertado, por pé de cacau plantado;

²² Entendem-se como custo variável na produção de cacau na Bahia, numa perspectiva de produção extensiva, as despesas com pagamento da força de trabalho para as funções de formação, manutenção e exploração dos cacauais, aí compreendidas as atividades de colheita, transporte, secagem e ensacamento das amêndoas de cacau. (COX, 1966, p.8) – sobre a produção de cacau em amêndoas na Bahia, ver anexo 1.

²³ Os contratos tanto da diária quanto das empreitadas são feitos verbalmente.

c) **burareiro** – tem uma terra de 20 a 40 hectares titulada²⁴, com plantio de cacau e de outros produtos, chega no máximo a 400 arrobas de cacau e mantém estreitas relações, geralmente de dependência, com o médio e grande produtor.

No que diz respeito ao assalariado, predominaram, até a década de 60, o assalariado permanente, chegando a 72% do total dos trabalhadores,²⁵ e o contrato pela diária. Esse tipo de assalariado e de contrato contribuía para a redução dos custos de produção. Contratar pela diária implicava (legalmente) uma remuneração ao trabalhador equivalente ao salário mínimo regional. Isso de fato não ocorria. Tecendo considerações sobre esse aspecto, Cox diz "...considerando o salário pago em algumas empresas, ele está abaixo da lei, em média, 30%" (COX, 1966, p.10). Segundo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS, 1985), a diária paga às mulheres é pouco mais da metade da diária paga aos homens e a diária paga às crianças seria ainda menor. Também as 8 horas diárias de trabalho (legal) não eram respeitadas, chegando alguns trabalhadores a trabalhar 10 horas por dia.

A falta de estradas entre as zonas produtoras (fazendas) e as cidades tornava difícil o deslocamento do trabalhador rural aos centros urbanos; isolado nas fazendas, o assalariado permanente passa a constituir consumidor "obrigatório" dos barracões²⁶. A regra observada era a seguinte: ao chegar à fazenda, o assalariado fazia a primeira compra, passando à condição de devedor antes mesmo de iniciar o trabalho. Os altos preços dos produtos e a desonestidade de alguns fazendeiros, acrescentando à conta (débito) produtos não efetivamente comprados, elevavam o débito do trabalhador constantemente, tornando-o "eterno" devedor do proprietário. Esse mecanismo fazia com que o trabalhador morasse por muitos anos em uma fazenda e que de lá saísse sem jamais ter recebido sua remuneração em espécie (moeda).

O contratista foi o principal agente na redução dos custos de implantação do produto cacau. Quando entregava a terra ao contratista, o fazendeiro eximia-se de quaisquer riscos ou perdas, cabendo-lhe apenas efetuar o pagamento por pé de cacau que "vingasse". Era através desse pagamento que se verificava a principal vantagem do dono da terra: os contratistas, geralmente descapitalizados,

²⁴ Na região, quando o burareiro não possui a titulação da terra denomina-se posseiro.

²⁵ De acordo com pesquisa feita pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS, 1985).

²⁶ Espécie de posto de venda de consumo pessoal rural de propriedade do fazendeiro no qual o trabalhador era obrigado a comprar.

antecipavam parte do dinheiro que teriam direito ao final do contrato. Os juros praticados pelos proprietários da terra distanciavam-se dos juros de mercado, aumentando substancialmente a dívida, isso resultava que no final do contrato o contratista nada mais tinha a receber e em alguns casos passando à condição de devedor para com o fazendeiro. Sendo os contratos celebrados verbalmente, era comum que, ao final deles, o proprietário reduzisse, unilateralmente, o valor anteriormente acertado por pé de cacau²⁷.

A análise de como o burareiro viabilizou a redução dos custos de produção na média e grande propriedade pode ser evidenciada sobre três aspectos: a) através da produção de bens de consumo – estando o grande e o médio proprietários voltados exclusivamente para a produção de cacau, coube historicamente ao burareiro produzir os bens de salários como farinha de mandioca, banana, abóbora, milho, aves e ovos que chegavam direta ou indiretamente aos trabalhadores das grandes e médias fazendas²⁸; b) como assalariados na grande e média propriedade – Navarro e Asmar²⁹ constatam que em cada três burareiros, um tinha uma ocupação nas médias e grandes propriedades, isso sem considerar os outros membros da família. Importante também é a conclusão a que chega Baiardi a esse respeito:

Quanto ao assalariamento temporário do burareiro e de membros de sua família, a relação em essência em nada difere da que se estabelece entre o grande e o médio proprietário e o trabalhador assalariado, salvo no que se refere ao preço da diária (...) esse trabalho sempre tem uma remuneração abaixo do trabalho assalariado (BAIARDI, 1984, p.98).

c) pela venda de amêndoas da produção burareira ao grande e médio proprietário – essa venda pode ser realizada em dois estágios: o cacau mole, retirado da quebra do fruto diretamente para ser comercializado; o cacau fermentado ou seco com maior valor comercial. Os motivos que levam a essa venda antecipada (venda não realizada com os agentes exportadores) são: a inexistência de

²⁷ Também não era incomum a bandidagem por parte dos proprietários das terras (fazendeiros) nesta relação. Eliminava-se o contratista (morte), expulsavam-se as viúvas e filhos, nada pagando pelos pés de cacau. CEAS (1985, p. 23).

²⁸ Nesse sentido, as feiras de sábado exerceram importante papel, especialmente a partir de 1931 com a construção das estradas pelo ICB.

²⁹ Citados por BAIARDI (1984, p.98).

instalações de fermentação e secagem na propriedade do burareiro, isso no caso da venda de cacau mole e fermentado, mas essencialmente como entrega do produto por vendas antecipadas e/ou pagamento de empréstimos e até mesmo por fidelidade quando o comprador é seu vizinho. A CEPLAC estima que essa venda direta do burareiro para o fazendeiro é em média 50% abaixo do preço de mercado³⁰.

2.2. DINAMIZAÇÃO E PROPAGAÇÃO DA BASE ECONÔMICA CACAU

CUSTO DO PRODUTO DE EXPORTAÇÃO – a melhoria verificada na rede de transporte após a criação do ICB em 1931, que resolve um dos principais problemas da cacauicultura, aprimora-se a partir dos anos 60. Fatores como a construção da Br 101 em 1971, cortando toda a região sul da Bahia, a reestruturação do porto de Ilhéus em 1972, agora com *status* de porto internacional e a modernização das estradas das zonas produtoras para as cidades, e dessas para os principais centros urbanos regionais Ilhéus e Itabuna, constituem os principais pontos desse aprimoramento.

A grande transformação no custo de produção de cacau para exportação na Bahia, contudo, verifica-se no que diz respeito à produtividade. A forma de produzir cacau, até então baseada na terra e na mão-de-obra (produção extensiva), começa a mudar na década de 60 e consolida-se na década de 70. A organização do quadro pessoal efetivo, a criação do centro de pesquisa, do departamento de extensão rural e a fundação da escola técnica, respectivamente nos anos 1963, 1964 e 1965 consolidam a CEPLAC como órgão que comanda a cacauicultura baiana³¹, bem como possibilita a ela iniciar a produção de tecnologia própria e a transferência para a lavoura de modernas técnicas agrícolas.

³⁰ Todas as informações que tiverem como fonte a CEPLAC foram retiradas dos enformes técnicos da CEPLAC publicados entre 1965 - 1980.

³¹ Apesar de criada em 1957, inicialmente a CEPLAC teve um caráter emergencial.

Na “modernização conservadora”³² da cacauicultura, a CEPLAC utilizou dois tipos de inovação: a) **inovação físico-química**, que modifica as condições naturais do solo elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico. A inovação físico-química para a plantação de cacau na Bahia se deu pelo denominado “pacote tecnológico da CEPLAC” composto por: arborescidas, calcário, fungicidas, inseticidas e adubos; b) **inovação biológica**, que é a introdução de novos cultivares, por produtos, e distintas regiões, melhoria genética, controle de pragas e moléstias. Essa inovação afeta a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo através da redução do período de trabalho e da potencialização das inovações físico-químicas. Com essa finalidade, criou-se na Bahia o Programa de Renovação dos Cacauais Decadentes.

Analisando os anos 1965 –1980 (tabela I) observa-se que a produção de cacau, medida em toneladas, aumenta em 113,97%; a área ocupada, medida em hectares, aumenta 37,83% e o rendimento (produtividade) passa de 375 Kg/ha para 733 Kg/ha. Sendo assim, pode-se afirmar que o aumento na produção de cacau verificado no período deveu-se essencialmente ao aumento da produtividade. Ou seja, resultou das inovações tecnológicas implementadas pela CEPLAC, especialmente as inovações físico-químicas. Segundo Baiardi (1984), em 1960, apenas 74 estabelecimentos na região cacauera baiana utilizavam fertilizantes e corretivos químicos, esse número passa para 2.731, em 1970 e chega a 6.244 estabelecimentos em 1975.

As mudanças na forma de produzir cacau refletiram-se nos custos de produção. Menezes³³, pesquisando a produtividade e a taxa marginal de retorno de determinados fatores na produção de cacau, com 80 produtores com contabilidade agrícola controlada, chega à relação custo total/renda bruta de 60%. Baiardi (1984), analisando o preço de custo de exploração do cacau, chega a uma relação custo total /preço de mercado também de 60%. Verifica-se que esse valor de 60% é bem menor que o valor de 74% encontrado por Cox em 1966. Constata

³² Cognominaram-se de modernização conservadora as transformações verificadas na agricultura brasileira a partir da década de 60, decorrentes da mudança na base técnica de produção rural (industrialização) viabilizada por um sistema financeiro para esse fim, sem que houvesse qualquer mudança na propriedade territorial agrícola.

³³ Citado por BAIARDI (1984, p.81).

ainda Baiardi que o valor do custo de mão-de-obra no custo variável é de 38,58%, valor substancialmente inferior ao valor de 70,28% encontrado por Cox em 1966, e que o custo dos produtos químicos (fertilizantes, calcário, defensivos, combustíveis etc.), com uso inexistente na análise de Cox, representa agora 61,42% desse custo.

TABELA I

TABELA 01 - ÁREA OCUPADA, EM PRODUÇÃO E RENTABILIDADE

ANOS	ÁREAS EM HECTARES			PRODUÇÃO EM TONELADAS	RENDIMENTO Kg /ha
	ÁREA OCUPADA	PRODUÇÃO	PLANTIO		
1965	400.000	400.000	x	150.126	375
1966	400.150	400.00	150	161.164	403
1967	402.241	399.985	2.091	159.732	399
1968	403.259	399.690	1.018	106.068	265
1969	404.092	399.197	833	197000	493
1970	405.621	398.564	1.529	158.000	396
1971	408.369	398.043	2.748	207.000	520
1972	412.647	400.476	4.278	173.000	419
1973	419.968	401.301	7.321	185.000	461
1974	432.022	401.334	12.054	198.995	496
1975	444.955	402.007	12.933	274.998	684
1976	457.687	404.860	12.732	222.996	551
1977	473.794	410.182	16.107	246.995	602
1978	495.508	417.688	21.714	273.000	654
1979	519.234	427.617	23.726	323.275	756
1980	551.325	438.113	32.091	321.227	733

Fonte: informes técnicos da CEPLAC 1965 - 1980.

Foi considerado o ano civil brasileiro.

DEMANDA PELO PRODUTO CACAU – Enquanto os principais países produtores de cacau sempre estiveram situados na África Ocidental e na América do Sul (tabela II), os principais países consumidores são os países europeus e os Estados Unidos que, juntos, respondiam por mais de 50% do consumo mundial de cacau no período de 1970 – 1974. Sendo também grandes consumidores, nesse período, a União Soviética e o Japão (tabela III).

TABELA II

PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTORES
NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AMÊNDOAS DE CACAU –
EM TONELADAS – (1970/71 – 1974/75)

PAÍSES	%
GANÁ	26,8
NIGÉRIA	16,5
COSTA DO MARFIM	13,9
BRASIL	13,8
CAMARÕES	7,6
EQUADOR	6,3
OUTROS	17,1

Fonte: MACEDO (1976, p. 9).

TABELA III

PRINCIPAIS PAÍSES CONSUMIDORES DE CACAU – EM
TONELADAS (1970 – 1974)

PAÍSES	%	% ACUMULADO
ESTADOS UNIDOS	25,28	25,28
ALEMANHA OCIDENTAL	11,10	36,38
URSS	9,21	45,38
REINO UNIDO	8,11	53,70
FRANÇA	5,96	59,66
JAPÃO	3,82	63,48
CANADÁ	2,61	66,09
ITÁLIA	2,42	68,51
ESPAÑA	2,03	70,54
OUTROS	29,4	100,00

Fonte: MACEDO (1976, p.8)

A produção mundial de amêndoas de cacau oscilou em torno de 1.400.000 toneladas por ano na década de 70. Sendo que, especificamente no ano de 1970, o valor total do comércio mundial de cacau aproximou-se de 1 milhão de dólares.

A maioria das transações comerciais envolvendo cacau é realizada através das bolsas de Londres e Nova Iorque.

Constata-se que o índice de consumo per-capta do produto do cacau é alto (tabela IV) para o ano de 1974, sendo de 3,7Kg para a Suécia, de 3,1 Kg para a Bélgica e de 2,6 Kg para a Holanda (principais consumidores), o que sugere uma demanda com alta elasticidade renda.

Um outro aspecto positivo em relação à demanda de cacau brasileira é evidenciado por Macedo (1976) que, partindo do percentual da participação do Brasil no mercado internacional do cacau, da elasticidade da demanda mundial de cacau em termos de amêndoas e da elasticidade da oferta de amêndoas dos outros produtores, chega ao valor de menos seis (-6,00) para a elasticidade da demanda mundial de cacau de procedência brasileira³⁴.

TABELA IV

CONSUMO PER CAPITA DE PRODUTOS DE CACAU
(PRINCIPAIS CONSUMIDORES 1974)

PAÍSES	Kg
SUÍÇA	3,7
BELGICA	3,1
HOLANDA	2,6
ALEMANHA	2,4
REINO UNIDO	2,2
DINAMARCA	1,8
CANADÁ	1,7
FRANÇA	1,7
EUA	1,6
SUÉCIA	1,6

Fonte: MACEDO (1976, p10).

A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA REGIONAL - segundo os valores encontrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculados através do índice de Gini³⁵, a partir de 1950, a distribuição da renda no Brasil é uma das mais desiguais do mundo. O sociólogo Selem Asmar (1985), a partir de dados do diagnóstico socioeconômico para a região cacauzeira da Bahia, feito

³⁴ Elasticidade da demanda excedente.

³⁵ O índice de Gini define o grau de desigualdade de uma estrutura de distribuição de renda variando de ≥ 0 a ≤ 1 . Quanto menor a desigualdade na estrutura da renda menor o valor encontrado e vice-versa.

pela CEPLAC, analisa a distribuição de renda de Ilhéus e Itabuna para o ano de 1993. Em seguida, compara a distribuição de renda no Brasil em 1970, com a distribuição de renda verificada nas duas principais cidades da região cacauzeira baiana, feita por ele para 1973 (tabela V)³⁶. O resultado surpreende, as duas principais cidades da região têm uma distribuição de renda pior que a distribuição de renda do país. Numa correlação inversa entre a porcentagem da população e a porcentagem da renda nos diferentes módulos de 10% da população, os dados evidenciam que, em relação à distribuição de renda, a cidade de Itabuna é mais injusta que a cidade de Ilhéus. Os 10% mais ricos de Itabuna concentram 52,99% da renda, contra 41,68% dos 10% mais ricos de Ilhéus. Ainda segundo o estudo de Asmar, os 10% mais pobres de Itabuna e Ilhéus concentram menos rendas que seus equivalentes do Brasil.

TABELA V

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, BRASIL (1970)
E REGIÃO CACAUEIRA (1973)

POPULAÇÃO (%)	RENDA (%)		
	BRASIL	ITABUNA	ILHÉUS
10+	46,47	52,49	41,68
10	15,15	16,99	16,59
10	9,95	9,89	11,26
10	7,21	5,89	8,54
10	6,17	4,35	6,38
10	5,02	3,47	5,05
10	3,81	2,63	3,88
10	3,00	2,10	3,31
10	2,05	1,49	2,29
10 -	1,16	0,70	1,02
100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: ASMAR (1985, p.37).

Estudos da CEPLAC³⁷ indicam que os índices de concentração nos principais municípios da região cacauzeira da Bahia estão acima de 0,52 de acordo

³⁶ Como usual, o autor dividiu a população em dez decis, o que perfaz 100%, construindo uma tabela em que na parte superior situam-se os 10% dos de maiores renda, decrescendo até a parte inferior que termina com os 10% dos mais pobres ou de menores rendas.

³⁷ Citado por BAIARDI (1984, p.144).

com o índice de Gini e que a renda média das principais cidades regionais representavam, em 1973, somente 81,37% do salário mínimo regional.

Para o sociólogo Adeum Sauer, a contradição básica na distribuição de renda regional localiza-se entre o valor substancial da renda gerada pelo cacau, em contrapartida com os poucos benefícios regionais em termos de indicadores de desenvolvimento social como infra-estrutura, educação, saúde, habitação, comunicação e outras necessidades, e acrescenta "... há uma histórica concentração de riqueza e de poder, além da mentalidade desta elite, culpada pela evasão da renda regional" (SAUER, 1982, p.274).

DIVERSIFICAÇÃO REGIONAL – Devido a mais de 95% da produção de cacau brasileira ter sua origem na Bahia, tornou-se a cacauicultura a atividade econômica predominante no sul do estado baiano. Esse fato implicou o não surgimento de qualquer outra atividade agrícola importante nessa região. A exclusividade do cacau chega ao extremo em municípios como Itajuípe e Barro Preto: nesses municípios, não se constatou nenhuma outra produção agrícola, mesmo que em níveis insignificantes³⁸.

Apenas a produção de gado para corte e a produção de madeira e de bananas tiveram certo peso na região. A produção de gado de corte verificou-se através da pecuária extensiva, sendo o município de Itabuna, com 32.761 cabeças de gado e 31.596 hectares destinados à pecuária, o maior produtor. Também se destacando na produção de gado os municípios de Aurelino Leal e Belmonte com 19.232 e 18.766 cabeças respectivamente. O plantio de mandioca teve maior expressão nos municípios do norte da região cacauzeira: Gandu com 25.120 toneladas e Wenceslau Guimarães com 16.262 toneladas aparecem como principais produtos. Observa-se, contudo, que a mandioca é produzida, mesmo que em pequenas quantidades, em todos os municípios da região.

O destaque entre os três produtos é a produção de bananas. Tal destaque deve-se ao fato de a banana fazer parte do processo de plantação do cacau (sombreamento para as mudas dos cacauais), assim, contata-se a produção de banana em todos os municípios regionais. Fora esses três produtos, tudo o mais

³⁸ As informações quantitativas sobre a diversificação na região cacauzeira da Bahia basearam-se nos dados do Departamento de Extensão da CEPLAC publicados através dos informes técnicos da CEPLAC (1965 - 1980).

que se produziu na região foi em nível de experiência: abacaxi, cravo da Índia, guaraná e dendê ou como agricultura de subsistência: arroz, feijão e milho.

A vocação histórica, por parte do homem regional, para plantar cacau, defendida pelos sociólogos regionais, e a facilidade em transformar o cacau em dinheiro, o que levou o cacau a ser denominado planta dos frutos de ouro, são apontadas como fatores determinantes da predominância na produção de cacau. Pretende-se não entrar no debate entre sociólogos e historiadores regionais sobre tal “vocação”; a verdade, mesmo após 20 anos de crise da cacauicultura baiana, os produtores insistem em plantar cacau, chegando alguns a dizer que não sabem desenvolver outra atividade produtiva. O segundo aspecto é mais evidente: criou-se na região cacauera uma rede de comercialização, aprimorada a partir de 1931, facilitando a venda do produto cacau e sua transformação em espécie, assim, o problema da comercialização é apontado pelos produtores como principal obstáculo à produção de outros produtos agrícolas.

ENCADEAMENTO DO PRODUTO CACAU³⁹ – Em estudo comparativo das repercussões regionais e nacionais do cacau e do café, nos seus momentos de auge⁴⁰, as pesquisadoras Willumsem & Dutt (1991), utilizando técnicas de insumo-produto, analisam o efeito de encadeamento inter-setorial para os dois produtos, encontrando os seguintes resultados: a) nos efeitos para trás (demanda de insumos de outros setores), os coeficientes técnicos apresentam-se similares para os dois produtos - a parcela de insumos materiais utilizada atinge 19% para o cacau e 22% para o café, sendo a parcela restante o valor adicionado; b) nos efeitos para frente (como insumos para outros setores), os coeficientes técnicos do café mostram que sua produção total é alocada para a demanda intermediária, para processamento (limpeza, seleção etc.) - no caso do cacau, somente 37% da produção são utilizadas como insumo em outros setores e a maior parte desse insumo é utilizada fora da região; c) no efeito da demanda final,⁴¹ (devido ao aumento da demanda causado por rendas mais altas), a

³⁹ As autoras utilizam o conceito de encadeamento do produto de Hirschman.

⁴⁰ Os momentos considerados são: final do século XIX e início do século XX para o café e as décadas de 60 e 70 para o cacau.

⁴¹ Pela impossibilidade (falta de dados) para construir um modelo multirregional de insumo-produto com demanda endógena desagregada em consumo de bens domésticos e importados utilizou-se a distribuição do valor adicional agregado – esclarecimento das autoras do estudo.

distribuição da renda é similar nos dois casos - os coeficientes de mão-de-obra de 0,22 e 0,17 respectivamente para o cacau e café, mostram que ambos os produtos são intensivos em mão-de-obra, utilizando-a de forma semelhante. As autoras chamam atenção para algumas características que esses números escondem: maior número de empregados e maior produtividade no setor café; menores salários no setor cacau, limitando o consumo e sua diversificação; e maior uso da poupança para especular e consumir (produtos importados) pelo cacauicultor. Concluem que, ressalvadas essas observações, os resultados encontrados para o cacau no sul da Bahia são, praticamente, similares aos encontrados para o café no sudoeste do Brasil, exceto no caso dos efeitos para frente.

Pode-se dizer, de acordo com as considerações efetuadas neste capítulo, que, ao chegar à década de 60, a região cacauzeira da Bahia já teria consolidado sua base de exportação - o cacau. Ou seja, colocava o produto no mercado em quantidades e ao preço determinado por ele. Reduziu o custo de transporte através da construção de estradas ligando os locais de produção aos locais de comercialização e através da construção do porto de Ilhéus reduzindo o custo para exportar cacau. A redução dos custos de produção verificou-se através das relações de produção. O fato de prevalecer na região relações de produção não capitalista e semicapitalista possibilitou uma baixa remuneração ao capital variável que, numa produção extensiva, como a verificada na região cacauzeira antes de 60, constituía o principal item nos custos totais de produção⁴².

Apesar de algumas transformações estruturais verificadas no período 60 - 80, como por exemplo, a criação da CEPLAC, do Centro de Pesquisa do Cacau, construção do porto de Ilhéus e de outros aspectos positivos para a dinamização, tais como: aumento médio nas quantidades produzidas de 157%; aumento médio nas exportações de 50%; aumento médio nos preços em dólares por toneladas de 118%, o que evidencia nesses dois últimos casos o incremento da demanda externa, e aumento médio por hectares de até 95% no período de 1965 - 1968, a dinamização do produto cacau não aconteceu. Grande desigualdade na distribuição de renda, a não diversificação regional e efeitos negativos para frente

⁴² A consolidação da base de exportação da região cacauzeira, o cacau, deu-se por um processo histórico.

do encadeamento do produto cacau, aspectos fundamentais para a efetiva dinamização e sua conseqüente propagação apresentam resultados negativos⁴³.

Assim, conclui-se que, entre 1960 a 1980 a região cacauera da Bahia criou forças determinantes para o crescimento regional mas não conseguiu transformar tais forças em elementos constitutivos para o desenvolvimento regional.

Essa afirmativa, contudo, não pode basear-se apenas em uma análise econômica, necessitando que sejam incluídas na análise outros elementos explicativos. Sérgio Boisier, ao afirmar que as teorias usuais do estudo regional só poderão indicar acuradamente potencialidades de desenvolvimento sempre que estiverem presentes determinadas condições institucionais e sociais, possibilita uma nova perspectiva de análise. Essas condições institucionais e sociais em Boisier são evidenciadas por dois tipos de variáveis: as variáveis exógenas e as variáveis endógenas do crescimento e desenvolvimento regional. Variáveis essas estudadas nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

⁴³ Outro fator limitativo à dinamização da base cacau é a manutenção da estrutura agrária regional, essa análise é efetuada no capítulo 3 deste trabalho.

3. VARIÁVEIS EXÓGENAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Analisa-se neste capítulo como se deu o financiamento da região cacauífera da Bahia entre 60 – 80 e os efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais para essa região no mesmo período. No caso do financiamento, a análise centra-se na taxa de retenção do cacau e na conta cacau no Banco Central do Brasil. São três as políticas consideradas: monetária, fundiária e de exportação. Nessa última, serão consideradas as medidas cambiais, comerciais e tributárias.

Na política monetária, o foco da análise será a concessão de crédito agrícola à cacauicultura baiana, viabilizando sua “modernização conservadora”. A manutenção da estrutura agrária no sul da Bahia será a ênfase na análise da política fundiária. As medidas cambiais, comerciais e tributárias, implementadas na década de 60, influenciaram na produção, na exportação de cacau e nos preços pagos aos agricultores. Essas medidas constituem os elementos analíticos da política de exportação. Devido à insuficiência de dados e ao ambiente econômico, político e institucional da década de 60, há um aprofundamento analítico somente a partir do período de 70 – 80.

3.1 O FINANCIAMENTO REGIONAL

Para Boisier (1989), na busca de financiamento, as regiões competem pelos recursos federais, estaduais e privados, uma vez que os recursos próprios são geralmente insuficientes. Nesse sentido, a região cacauífera da Bahia é peculiar. Ela praticamente não competia com outras regiões e se autofinanciou.

De início (desbravamento), o financiamento da economia cacauífera da Bahia deu-se através do capital comercial.⁴⁴ Esses desbravadores recebiam adiantamento do capital comercial, contratavam força de trabalho, construíam infra-estrutura e plantavam cacau. Mesmo quando o cacau consolidou-se como produto de exportação, no final do século XIX, essa situação continuava

⁴⁴ Capital comercial pertencente à burguesia canavieira que buscava alternativas de investimento em decorrência da decadência da produção açucareira.

inalterada. Como citado anteriormente, as casas exportadoras e a figura do intermediário eram os agentes que comandavam a cacauicultura baiana. A ausência de casas bancárias cujos recursos financeiros estivessem à disposição do cacauicultor leva-o a procurar financiamento com esses agentes. Tosta Filho⁴⁵, comentando sobre a falta de recursos financeiros ao produtor de cacau no início do século XX, diz “ a falta de recursos financeiros obriga o produtor a vender sua safra após a efetuação da colheita, estimula a presença do intermediário, tornando-o uma “mescla” de comerciante, fornecedor de mercadoria de consumo, mas acima de tudo, financiador e, conseqüentemente herdeiro prospectivo das roças do produtor”.

Mesmo com a criação do ICB em 1931, o problema de financiamento não seria totalmente resolvido. As metas de financiamento foram, até certo ponto, cumpridas apenas nos cinco primeiros anos de atuação do ICB. Em 1936, já havia realizado 567 empréstimos hipotecários a prazo entre 10 e 20 anos, a juros de 6,5% ao ano e 100 empréstimos para custeio da entressafra com penhor agrícola a juros de 6% ao ano. A partir de 1948, porém, por absoluta carência de recursos, a carteira agrícola do Instituto deixou de atuar na concessão de empréstimos.

O problema do financiamento regional só seria definitivamente resolvido em 1961 com a criação do Fundo do Cacau constituído de uma cota de contribuição cambial incidente sobre o produto. O Decreto Federal nº 539 de 23 de janeiro de 1962, institui a “Cota de Contribuição do Cacau” na base de 15% do total das exportações desse produto⁴⁶. Após diversas instruções e portarias alterando a alíquota e a abrangência da taxa em 1972, o Conselho Monetário Nacional fixa em 10% a alíquota de contribuição cambial sobre o cacau em amêndoa e seus derivados.

A taxa de retenção era destinada ao custeio da CEPLAC, ao financiamento da lavoura cacauera e, eventualmente, à formação de estoque regulador. Inicialmente, a CEPLAC recebia 50% da taxa, ficando o restante depositado na CACEX para cobrir despesas decorrentes de viagens internacionais e

⁴⁵ Citado por GARCEZ & FREITAS (1975, p.36).

⁴⁶ Apesar de decretada em 1962, a cota de contribuição do cacau já era cobrada desde 1961. Em 04/10/61, a Superintendência da Moeda e do crédito (SUMOC) publica a instrução nº 217, na qual fixa em 15% a alíquota de contribuição cambial para o cacau em amêndoa, ficando os seus derivados isentos dessa retenção.

compromissos relativos ao Acordo Internacional do Cacau⁴⁷. O governo federal, verificando que os 50% repassados eram insuficientes para a grande estrutura necessária, trabalhos técnicos – atividades prioritárias, pois as outras atividades eram eventuais –, decide transferir todos os recursos da cota de contribuição para a CEPLAC. Em 1972, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu que os empréstimos para a região cacauzeira da Bahia deveriam ser supridos pelo Sistema de Crédito Rural, ou seja, a atuação da CEPLAC na área de crédito direto ao produtor passa a ser admitida excepcionalmente e não poderia ser de outro modo, face a relação entre as necessidades de créditos da lavoura e o orçamento da CEPLAC.

Diversas foram as críticas internas de cacauicultores e outros atores regionais e de fora da região à cota de contribuição do cacau. A alegação mais frequente era a de que o governo federal já auferia suficientemente das rendas produzidas pelo cacau e não se justificava uma nova medida descapitalizadora da lavoura, numa conjuntura de crise. Um memorial dirigido ao Presidente da República pelo Governo da Bahia em nome dos produtores de cacau da Bahia dizia que os investimentos que o governo federal concede à lavoura do cacau eram retirados dela mesma e quando na fase de grande produção a região fornecia ao governo recursos expressivos, por isso a lavoura espera por melhor assistência do poder público⁴⁸.

Segundo Humberto Salomão Mafuz, produtor de cacau e ex- presidente do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC)⁴⁹, a resistência à cota de contribuição acontecia mais por parte dos grandes produtores do que por parte dos médios e pequenos “10% sobre 1.000 representam muito mais do que 10% sobre 200 ou 100”⁵⁰ (MAFUZ, em entrevista para a dissertação, 2001) ilustra ele, acrescentando que os principais opositores eram os grandes produtores não muito bem informados, acreditando eles que, com os valores que destinavam anualmente à CEPLAC, através da cota de contribuição, poderiam manter suas assistências técnicas próprias e ainda lhes sobrar dinheiro. Em verdade, as principais críticas que se

⁴⁷ Acordo entre os países produtores de cacau que tinha entre os seus principais objetivos interferir na oferta internacional de cacau no mercado internacional.

⁴⁸ Citado por GARCEZ (1981, p. 64).

⁴⁹ Hoje o CCPC denomina-se CNPC, Conselho Nacional dos Produtores de Cacau.

⁵⁰ informações sobre as entrevistas, ver anexo 2.

levantavam contra o pagamento da cota de contribuição, em sua maioria, tinham cunho nitidamente político e oposicionista à CEPLAC.

Brandão, em entrevista cedida para o autor, comenta que após 1965, com os serviços prestados pela CEPLAC, a resistência à cota de contribuição começa a diminuir, sua aceitação sem restrição, porém, só acontece em 1972 quando o Ministério da Fazenda propõe a equalização da retenção, o que implicava menor gravame para o produtor, bem como, a destinação exclusiva dos recursos da retenção cambial para apoiar a pesquisa e a assistência técnica.

Observando a conta cacau (tabela VI) entre 1974 e 1980, constata-se que os recursos provenientes da venda de cacau, em dólares, recebidos sob a forma de cota de contribuição não foram integralmente consignados à CEPLAC. À exceção dos anos de 1975 e 1980, a transferência de recursos foi sistematicamente inferior à receita da taxa de retenção em cruzeiros variando de 57,8% a 89,3% da aludida taxa. Considerando, porém, os financiamentos aos agricultores, os saldos finais da conta tornam-se negativos em alguns anos, evidenciando que as necessidades de créditos do setor, em certo momentos, eram incomensuravelmente superiores aos recursos da taxa e, portanto, teriam que ser cobertos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

TABELA VI

CONTA CACAU NO BANCO CENTRAL DO BRASIL SALDO EM Cr\$ MILHÕES		
Período	Saldo contábil da conta cacau	Saldo líquido da conta cacau
1974	57,8	-93,1
1975	-18,0	-206,8
1976	50,9	144,0
1977	416,9	212,7
1978	297,7	-343,4
1979	897,1	126,5
1980	-752,3	-3.867,7

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Janeiro, 1983

Saldo contábil = valor da cota de contribuição menos transferências efetuadas para a CEPLAC.

Saldo líquido = saldo contábil menos financiamento do setor cacau.

A evasão de recurso da taxa de retenção estava em desacordo com o disposto na Resolução 222 de 30/05/72 – que estabelecia 10% na exportação de amêndoas e derivados, e no Decreto nº 73.960 de 10/04/74, que confere autonomia financeira e administrativa à CEPLAC. José Haroldo Castro Vieira, Secretário Geral da CEPLAC, entre 1968 a 1984, em entrevista cedida para a dissertação, refere-se a inúmeras tentativas de assédio das autoridades federais para destinar os recursos da taxa de retenção para outras atividades alheias ao cacau.

O que era ameaça consumara-se em 1981. A cota de contribuição cambial correspondente a 10% do valor FOB das exportações de cacau, antes diretamente destinada à CEPLAC⁵¹, foi transformada em imposto de exportação e, como tal, integrante da arrecadação total da União.

Para Vieira após a transformação da cota de contribuição cambial em imposto federal, a CEPLAC torna-se apenas mais um órgão do Ministério da Agricultura, perde sua independência financeira e a capacidade de atuar como órgão promotor do desenvolvimento regional.

3.2. AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SETORIAIS E A ECONOMIA CACAUEIRA DA BAHIA

Na década de 60, houve mudanças no mecanismo de integração da agricultura, segundo o padrão de acumulação industrial engendrado na década de 30. Esse novo pacto se constituiu a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar tanto o processo de modernização da produção agrícola quanto a renovação das estruturas de dominação. Nessa realidade, é o grande capital agroindustrial que passa a comandar a agricultura, se bem que a ele se associam de forma secundária os grandes proprietários de terra. Para Sorj (1986), embora permaneça a transferência de excedente do setor agrícola para o industrial, essa transferência agora é realizada principalmente pela ação do complexo agroindustrial.⁵²

⁵¹ Os recursos da cota transitavam do agente arrecadador, O Banco Central do Brasil, diretamente para a conta da CEPLAC no Banco do Brasil.

⁵² Entende-se por complexo agroindustrial o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição e de comercialização nas diversas fases do circuito (SORJ, 1986, p.29).

As políticas macroeconômicas e setoriais implementadas a partir de meados da década de 60 e suas repercussões nos diversos setores, inclusive no setor agrícola produtor de bens tradicionais para exportação como a cacauicultura baiana, devem ser analisadas observando o padrão de acumulação vigente no Brasil.

Um aspecto importante a ser observado é que a maioria dos grupos que participa do processo de acumulação no sistema capitalista perde ou ganha espaço sem, contudo ser eliminada desse processo. A concepção de Guilherme Delgado a esse respeito é bastante ilustrativa “o espaço regional e uma gama de fatores socioeconômicos integram elementos diferenciadores da estrutura de produção rural no Brasil, conferindo-lhe um perfil grandemente heterogêneo” (DELGADO, 1985, p.57). É ainda a argumentação de Delgado que busca compreender as políticas públicas no novo modelo de desenvolvimento pós-60.

...a lógica interna da política governamental e a participação de seus diferentes protagonistas se definem em certa medida, pelos interesses específicos e alianças estabelecidas ao nível do pacto mais geral do Estado. Essas alianças contribuem para definir o próprio conteúdo das políticas públicas, fato que requer a identificação dos agentes e os interesses envolvidos (DELGADO, 1985, p.57).

Aceitando a argumentação de Delgado sobre políticas públicas, pode-se dizer que os grandes proprietários rurais – aí incluídos os produtores de cacau – ao participar do novo pacto instituído, tiveram algumas políticas governamentais voltadas direta ou indiretamente para os seus interesses. Dentre essas, destacam-se as políticas monetária, fundiária e de exportação.

A política monetária, através da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, viabilizou a concessão de um grande volume de crédito, devido a taxas de juros reais negativas e prazos e carências elásticos, favorecendo especialmente os médios e grandes produtores e as atividades ligadas ao complexo agroindustrial. Tal política favoreceu também os produtores de culturas tradicionais com poder de barganha política (borracha, açúcar, cacau etc.). Esses grupos demandaram essencialmente crédito para custeio (fertilizantes, defensivos, sementes) dos insumos necessários à modernização tecnológica de suas atividades.

A política fundiária permitiu a manutenção da estrutura agrária vigente e a manipulação do imposto territorial rural. Tal imposto visava a induzir o uso econômico da terra, mas mostrou-se inoperante com os grandes latifundiários.

A política de exportação buscava incentivar a diversificação da pauta de exportação agrícola, privilegiando os chamados setores modernos (milho, soja, trigo). A pressão política das oligarquias rurais, especialmente as oligarquias nordestinas, possibilitou tirar dessa política ganhos significativos.

A POLÍTICA MONETÁRIA – a política monetária implementada a partir da metade da década de 60 e que duraria até final da década de 70, iria repercutir no campo através da política de financiamento rural. O crédito agrícola para comercialização, custeio, e investimento constitui o mais importante instrumento da política agrícola que passa a vigorar. Esse crédito objetiva viabilizar o processo modernizante, patrocinado pelo Estado, para a chamada agricultura capitalista, ou setor moderno da agricultura brasileira. Há também na concessão de crédito agrícola o sentido de atender os interesses das oligarquias rurais não necessariamente modernizantes, mas que dão uma base política de sustentação ao projeto da “modernização conservadora”. Nesse sentido, Guilherme Delgado evidencia que “...é equivocado supor que os grupos de grandes proprietários rurais atrasados do ponto de vista tecnológico estavam excluídos das benesses distribuídas pelo Estado, ao longo de pelo menos uma década de benefícios financeiros generosos” (DELGADO, 1985, p. 85).

A concessão de crédito agrícola por finalidade concedido no Brasil entre 1969 a 1976 (Tabela VII) demonstra o total de crédito para custeio, comercialização e investimento anual em valores absolutos e relativos. Fica evidente a predominância do crédito para custeio em relação ao crédito para investimento e comercialização. Essa predominância é bem maior quando se considera o crédito ao setor tradicional, como o cacau. Joaquim Bastos Silva (1979), analisando a concessão de crédito agrícola para oito municípios da região cacaeira da Bahia, constata que, do total de crédito concedido em 1976/1977, 76% eram crédito para custeio.

TABELA VII

CRÉDITO RURAL CONCEDIDO POR FINALIDADE - BRASIL – 1969-76
EM MILHÕES DE CRUZEIROS (PREÇOS CORRENTES)

ANO	A	%	B	%	C	%	D
1969	3.014	46,4	1.652	25,5	1.823	28,1	6.489
1970	4.124	44,6	2.613	28,3	2.511	27,1	9.248
1971	5.702	44,0	3.473	26,7	3.796	29,3	12.971
1972	7.773	41,6	4.721	25,3	6.175	33,1	18.669
1973	12.954	42,7	7.343	24,2	10.037	33,1	30.334
1974	21.734	45,0	11.926	24,7	14.613	30,3	48.273
1975	39.445	43,8	22.428	24,9	28.123	31,3	89.997
1976	54.958	42,2	33.052	25,4	42.216	32,4	130.226

Fonte: SORJ, 1986, p.87.

A = custeio, B = comercialização, C = investimento, D = total

O montante de crédito para o cacau e outros produtos tradicionais podem ser vistos como forma de recompensa, recompensa principalmente ao emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano no setor rural. No caso do cacau, como evidenciado no capítulo 2 deste trabalho, a redução no custo para produzir cacau deu-se até meados da década de 60 pela exploração da mão-de-obra. A introdução dos direitos trabalhistas no campo, através do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, modifica as relações de produção, inclusive na economia cacauzeira; produzir cacau reduzindo custo através da mão-de-obra torna-se “mais difícil”, no entanto, a concessão de crédito, especialmente para custeio, possibilita a prática de inovação biológica e físico-química, aumentando a produção através de aumento da produtividade e não mais através da exploração intensiva de mão-de-obra.

POLÍTICA FUNDIÁRIA – a partir da concepção e, principalmente, da execução da política fundiária é que o aspecto conservador da modernização agrícola pós-64 se evidencia. O marco legal da política fundiária brasileira a partir de 1964 – o Estatuto da Terra – estabeleceu duas grandes orientações normativas sobre a política agrícola: as bases institucionais para a realização de uma reforma agrária e, principalmente, tornar inviolável a denominada empresa rural. O artigo 1º do estatuto define, genericamente, o conteúdo dessa Lei (Lei nº 4.504 de dezembro de 1964) em dois pontos básicos: 1) normas sobre Reforma Agrária; 2) normas sobre Política de Desenvolvimento Rural.

No que diz respeito à Reforma Agrária no Brasil observa-se que sua efetivação entre 64 – 80 não acontece, o que teve de concreto, na esfera da estruturação agrária conduzida pelo Estado brasileiro, foram os projetos públicos de colonização e algumas políticas de “assentamento rápido” envolvendo, geralmente, apenas uma titulação legalizada.

Para Guilherme Delgado (1985), a política fundiária brasileira, por um lado, transformou o mercado de terra em ramo específico do sistema financeiro, mobilizando o capital industrial, comercial e bancário para esse mercado. O ativo título de propriedade da terra passa em grande medida a ser procurado como reserva de valor na carteira de títulos das empresas, além de ser um meio para o acesso ao crédito subsidiado no mercado monetário; por outro lado, a política fundiária orientou-se no sentido de sancionar, quando não estimular, a manutenção do latifúndio nas regiões antigas e sua reprodução nas novas fronteiras agrícolas (Norte e Centro-Oeste).

É dentro dessa segunda perspectiva que se analisam os reflexos da política fundiária na região cacauzeira da Bahia.

De acordo com os dados apresentados sobre a estrutura agrária da região cacauzeira (tabela VIII), essa região teria uma distribuição de terra menos concentrada se comparada a outras regiões brasileiras. 37,5% das propriedades são constituídas por um ou menos de um módulo rural regional (0 a 30 hectares). 90,68% das propriedades têm menos de sete módulos regionais e totalizam 50,64% da área total. As propriedades com mais de 1000 módulos regionais, apesar de representar 14,86% da área total, constituem apenas 0,72% das propriedades. Essa realidade, entretanto não dá a real concentração da propriedade da terra regional, pois o mesmo proprietário pode chegar a ter de 40 a 50 propriedades. Assim, na região, o conceito de latifúndio não se refere a latifúndio por extensão mas sim por propriedades.

TABELA VIII

ESTRUTURA AGRÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA – 1980

Estrato de área (em ha)	Propriedades %	Área total %
0 – 30 (módulo regional)	37,50	7,23
30 – 200	53,18	43,41
200 – 1000	8,60	34,50
além de 1000	0,72	14,86

Fonte: informes técnicos da CEPLAC -1980.

A situação agrária regional pode ser mais bem compreendida observando-se os resultados encontrados para o índice de Gini. Partindo das informações do censo agrícola (1950 e 1960) e do censo agropecuário (1970 e 1975), Baiardi (1984) verifica que: para o ano de 1950, o índice foi de 0,62; para o ano de 1960, o índice é novamente de 0,62; para 1970, é 0,63 e para 1975 é de 0,61. Esses resultados indicam que apesar das transformações na produção do cacau, a estrutura agrária da região cacaueira, em meados dos anos 70, ainda é a mesma que a dos anos 50.

POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO: A análise da política de exportação na década de 60 pode ser dividida em dois momentos:

1º) o período de 1960 a 1964. Nesse período, a política de exportação ainda reflete a política de exportação delineada na década de 50, caracterizando-se como um período de testes e ajustes para a política cambial, em que se procuram várias formas de instrumentos para o controle das importações e exportações. A política comercial procura regular a produção com instrumentos de bonificação, taxas de retenção cambial ou cotas físicas e/ou qualitativas em relação aos principais produtos agrícolas de exportação, e a política tributária continua sem alteração até meados dos anos 60;

2º) o período de 1965 a 1969. Nesse período, as políticas adotadas demonstravam maior preocupação com o fortalecimento do setor industrial através do instrumento da minidesvalorização cambial, que basicamente favorecia as programações das empresas no comércio exterior, através de incentivos, isenções, créditos fiscais às exportações e garantia de matéria-prima (cacau *in natura* por exemplo), via uma política comercial que continuava com uma série de restrições para com o setor produtivo.

A principal medida econômica desse período foi a reforma tributária, a qual iria repercutir substancialmente sobre as exportações. Essa reforma veio alterar o antigo sistema tributário de opressão e descapitalização dos setores produtivos, cujo principal tributo era o Imposto de Vendas e Consignação (IVC) com base de cálculo incidindo sobre o valor em cada venda, por isso, considerado um imposto em cascata, com alíquotas constantes para todos os produtos, mas diferenciados entre as unidades da Federação. Esse imposto foi substituído pelo Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM), com alíquotas constantes, para produtos e estados (com pequenas exceções) mas cuja base de tributação passou a ser o valor de transformação (valor adicional) em cada estágio do processo, a alíquota, porém, incide sobre o valor de venda na última operação comercial.

Outra importante mudança tributária foi a substituição do Imposto de Consumo (ICO), de âmbito federal e alíquota diferenciada entre os produtos, pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com alíquota diferenciada por produto e mantendo como base de cálculo da tributação a diferença entre as vendas e a aquisição dos insumos intermediários.

Mesmo não podendo fazer uma análise mais apurada dos resultados das políticas de exportações para a região cacauífera entre 1960 - 1970, pelos motivos já evidenciados, pode se constatar que⁵³: a produção brasileira de cacau, medida em toneladas, aumenta 6,3%, em termos brutos, no período de 1961 – 1964 e 88,8%, no período de 1965 – 1969. Em relação às exportações, também medidas em toneladas, verifica-se redução de 21,5%, em termos brutos, sendo 12,4% referentes à redução nas exportações de amêndoas e 9,1% da redução, referentes à exportação de derivados. Observando as exportações, no mesmo período, constata-se um aumento de 85,8%, também em termos brutos, sendo 48,6% devido às exportações de cacau em amêndoas e 37,2% referentes aos derivados do cacau.

O período de 1970 – 1980 caracteriza-se pela sedimentação e pela implantação do Primeiro Programa Nacional de Desenvolvimento, I PND, com base na promoção das exportações de manufaturados. Até 1973, o Brasil encontrou condições favoráveis no comércio internacional, com crescimento nas relações de trocas e índices de preços de exportação e um crescimento menor

⁵³ Fonte: informes técnicos da CEPLAC, 1960 a 1969.

dos índices de preços das importações. A partir de 1973, as condições no mercado internacional mudaram em função da crise energética decorrente da alta do petróleo. A recessão mundial ao lado da desaceleração do crescimento interno induz o Brasil a rever suas medidas cambiais, comerciais, tributárias e outras adotadas até então.

A política cambial brasileira seguiu a teoria da paridade do poder de compra: o critério de desvalorização cambial, que logra obter a paridade, é dado por uma taxa de desvalorização cambial, com igual diferença entre as taxas de inflação doméstica e externa. Já a partir de 1971, em virtude de fortes alterações verificadas na paridade de diversas moedas, a taxa de câmbio nominal passou a ser uma média ponderada do valor das moedas de oito países de maior importância comercial com o Brasil. Devido à regra adotada na desvalorização cambial, e ao fato de a inflação externa ser positiva (e até crescente), a taxa de câmbio real sofreu persistentes quedas no período, assim, tal situação, aliada ao fato das ascensões dos preços internacionais, impediu que houvesse grandes reduções nos preços reais em cruzeiro, principalmente das exportações. Pode-se dizer que no período de 1970 a 1980, a política de minidesvalorização foi aprimorada, quer pela teoria da paridade do poder de compra quer pelo espaço de tempo para tal prática.

Quanto à política comercial, verificaram-se estímulos e prêmios às exportações com base em alíquotas de IPI e ICM, estruturadas e amparadas pela política tributária. As medidas comerciais e tributárias concebidas no período de 1965 a 1970 foram adaptadas e aprimoradas no período de 1970 a 1980.

Os efeitos da política de exportação refletiriam sobre os resultados globais alcançados na atividade do cacau entre 1970 – 1980, sobretudo pelo amadurecimento da política cambial com o sistema de minidesvalorização cambial que fortaleceu o setor exportador, pela política comercial que favorecia sobremaneira à ampliação de produtos de exportações e pela política tributária que concedeu estímulos de toda ordem, como isenções, prêmio ou incentivos que fortaleceram econômica e financeiramente de modo particular a indústria de derivados.

De acordo com as tabelas IX e X, a produção brasileira de cacau, como também o volume total exportado, cresceu a uma taxa anual de 6,85% e 5,98% respectivamente. As exportações de amêndoas, por sua vez, apresentaram um

desempenho com menor expressão, como taxa de crescimento anual de 3,28%. Os derivados, contudo, obtiveram um melhor desempenho com um crescimento anual de 10,18%.

Analisando-se os valores das exportações, tem-se que também houve crescimento no período. O valor total cresce a partir do ano 1974, cai no ano seguinte e, a partir de 1977, retoma o crescimento. Esse fato é surpreendente uma vez que o mercado internacional não era favorável, em virtude da crise mundial provocada pelo petróleo. Isso, obviamente, tenderia a refletir-se também nos preços ao produtor. De acordo com as informações dos informes técnicos da CEPLAC, o valor total das exportações cresceu no período de 1970 a 1980 a uma taxa geométrica anual de 21,64%, sendo que o valor das exportações de cacau em amêndoas cresceu, em média, 18,65% e o valor das exportações de derivados de cacau cresceu, em média, 26,45%. Os preços, a exemplo do valor, apresentaram um crescimento expressivo, sendo que o preço pago ao produtor cresceu a uma taxa de 15,39% no período. Os preços de exportação do cacau em amêndoa cresceram, em média, 14,88% ao ano, e os preços das exportações de derivados cresceram a taxa média anual de 13,70%.

TABELA IX

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CACAU, 1970 -1980			
ANO AGRÍCOLA <u>a/</u>	PRODUÇÃO (100 TON)	VARIAÇÃO ANUAL %	ÍNDICE <u>b/</u>
1969/70	204	-	100,0
1970/71	166	-18,6	18,4
1971/72	217	30,7	106,4
1972/73	182	-16,1	89,2
1973/74	192	5,5	94,1
1974/75	206	7,3	101,0
1975/76	283	37,4	138,7
1976/77	232	-18,0	113,7
1977/78	259	11,6	127,0
1978/79	289	10,4	140,2
1979/80	336	17,5	164,7
Taxa geométrica anual de crescimento <u>c/</u>		0,65 <u>d/</u>	

a/ Ano agrícola brasileiro – de 1º / 05 a 30 / 04 do ano seguinte.

b/ Base: 1969/70 = 100.

c/ Estimada através de ajustamento de regressão linear simples monologarítmica.

d/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade.

Fonte: informes técnicos da CEPLAC - 1971 -1980.

TABELA X

EVOLUÇÃO DO VOLUME DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU EM AMÊNDOA, E DE DERIVADOS a/, NO PERÍODO DE 1970/71 a 1979/80

ANO AGRÍCOLA <u>b/</u>	TOTAL			AMÊNDOAS			DERIVADOS		
	VOLUME (1000t)	VARIAÇÃO ANUAL %	ÍNDICE <u>c/</u>	VOLUME (1000t)	VARIAÇÃO ANUAL %	ÍNDICE <u>c/</u>	VOLUME (1000t)	VARIAÇÃO ANUAL %	ÍNDICE <u>c/</u>
1969/70	191	-15,7	100,0	143	-	100,0	48	-	100,0
1970/71	161	19,9	84,3	110	-23,1	76,9	50	4,2	104,2
1971/72	193	13,5	101,1	131	19,1	91,6	63	26,0	131,3
1972/73	167	6,6	87,4	91	-30,5	63,6	76	20,8	158,3
1973/74	178	7,3	93,2	98	7,7	68,5	80	5,3	166,7
1974/75	191	36,1	100,0	116	18,4	81,1	75	-6,3	156,3
1975/76	260	-22,7	136,1	180	55,2	125,9	80	6,7	166,7
1976/77	201	11,4	105,2	114	-36,7	79,7	87	8,8	181,3
1977/78	224	12,1	117,3	118	3,5	82,5	106	21,8	220,8
1978/79	251	18,7	131,4	132	11,9	92,3	119	12,3	247,9
1979/80	298		156,0	155	17,4	108,4	143	20,2	297,9
Taxa geométrica anual de crescimento <u>d/</u>	5,98 <u>e/</u>			3,28 <u>f/</u>			10,18 <u>e/</u>		

a/ Em amêndoas.

b/ Ano agrícola brasileiro de 1º / 05 a 30 / 4 do ano seguinte.

c/ Ano base 1969 / 70 = 100

d/ Estimativa através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica.

e/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade.

f/ Significativa ao nível de 10% de probabilidade.

Fonte: informes técnicos da CEPLAC, 1970 - 1980.

Pelo exposto, conclui-se que as variáveis exógenas do desenvolvimento regional, o financiamento e as repercussões das políticas macroeconômicas e setoriais foram produtoras para a região cacauífera da Bahia. A região conseguiu, através da criação da taxa de contribuição do cacau, resolver seu problema de financiamento. Na concepção de Boisier, houve um controle de uma variável exógena. A política monetária forneceu créditos agrícolas suficientes para que a cacauicultura substituisse mão-de-obra por investimento, aumentando a produtividade. A política fundiária mantém a estrutura agrária regional. A política de exportação viabiliza aumento das exportações e ganhos via preço para os produtores.

Como reconhece Boisier (1989), porém, mesmo que essas variáveis (exógenas) apresentem-se positivas (producentes) para a região, o processo de desenvolvimento somente se efetivará se verificada a organização social da região.

4. A VARIÁVEL ENDÓGENA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Objetivando demonstrar como os elementos da organização social e política constituem dimensões fundamentais na explicação do desenvolvimento regional, discute-se neste capítulo a organização social na região cacauífera da Bahia⁵⁴. Inicialmente, tratou-se do produtor de cacau – essa abordagem é baseada no pensamento dominante na região que acredita ser o comportamento do produtor de cacau a causa de todos os males da cacauicultura. Em seguida, tratou-se dos grupos e interesses na cacauicultura, distanciando-se do pensamento preponderante que, ao analisar o fato de ser o segmento produtor aquele com menor poder de decisão em relação a outros segmentos (comerciantes, exportadores, industriais, consumidores), na realidade cacau, justifica-se esse menor poder de barganha exclusivamente pelo comportamento do produtor. Sem deixar de reconhecer o papel do comportamento do produtor e de outras variáveis, centraliza-se a análise no desenvolvimento histórico da cacauicultura, enfatizando o confronto entre a elite canavieira do recôncavo baiano, secularmente detentora do poder político e a elite do cacau detentora do poder econômico a partir de início do século XX. Por fim, trata-se da CEPLAC como representante da cacauicultura. Evidenciam-se suas realizações técnicas, enfatiza-se, porém, a disputa das elites cacauífera e do recôncavo, com seus confrontos e acordos, como fator de decisão na atuação e destino desse órgão.

4.1 O PRODUTOR DE CACAU

ORIGEM, RELAÇÃO COM A PROPRIEDADE E ESTRATIFICAÇÃO – sem haver nenhuma contestação histórica, que se tenha conhecimento, o surto inicial do plantio de cacau na Bahia ocorreu a partir de 1746, quando o francês Luiz Frederico Warneaux foi o portador de sementes procedente do Pará, tendo elas sido plantadas por Antônio Ribeiro na fazenda Cubículo, nas margens do rio Pardo, em terras hoje do município de Canavieiras. Originaram-se a partir daí a implantação e o desenvolvimento do que viria a ser, mais tarde, a maior riqueza

⁵⁴ O conceito de organização social é complexo para a Sociologia, por isso, neste trabalho, restringe-se esse conceito à concepção de organização social em Boisier, exposto no referencial teórico deste estudo.

agrícola da Bahia. A ampliação do plantio transcorreu lentamente devido a imensas dificuldades existentes àquela época. Nos avanços e recuos da produção de cacau, está a luta dos pioneiros desbravadores.

Segundo Baiardi (1984), não se pode falar de um cacauicultor genuinamente do sul da Bahia. A partir de 1890⁵⁵, quando o cacau se firma como produto da pauta de exportação, a região é invadida por sertanejos (norte da Bahia) e sergipanos que chegavam com o objetivo de plantar cacau e ganhar dinheiro, atraídos pelas terras férteis. Essa “invasão” alcança seu máximo nos anos de 1904 a 1908, administração do governador José Marcelino, que, aproveitando-se da situação crítica do estado de Sergipe, incentivou a transferência (transporte marítimo gratuito) de sergipanos que quisessem mudar-se para o sul da Bahia.

Certamente a origem humilde e o encontro da primeira oportunidade de enriquecimento marcariam esses produtores, sendo a timidez apenas um comportamento inicial deles. A partir da segunda década do século XX, eles já davam mostra do que viria a se constituir em tendência e mesmo o comum: o gosto pelo supérfluo, a divulgação dos dados da riqueza pessoal, o abandono das propriedades transferindo-se para os principais centros urbanos regionais (Ilhéus e Itabuna), Salvador e Rio de Janeiro.

Até a segunda década do século XX, os produtores assumiram o papel de administradores das suas fazendas. Ou seja, ainda não estava criada a figura do “fazendeiro rico”, o grande produtor, que em curto espaço de tempo afasta-se de suas fazendas em busca dos centros urbanos.

A transferência, inicialmente, deu-se para os principais centros urbanos regionais Itabuna e principalmente Ilhéus. O grande produtor de cacau agora “urbanizado” resultará na “folclórica figura do coronel”. A partir de então, aparecem cada vez mais os bens supérfluos na pauta de importação do Porto de Ilhéus, começa-se a esbanjar com sentido de afirmar uma posição econômica privilegiada dentro do estado da Bahia. Num segundo momento, o distanciamento do produtor de sua propriedade, verifica-se a transferência dele não mais para os centros urbanos regionais, mas sim, para Salvador e Rio de Janeiro. Freitas compartilha dessa concepção:

⁵⁵ Para a historiadora do cacau Angelina N. Rolim Garcez, esse ano marca o início do ciclo de cacau para exportação no Sul da Bahia. (GARCEZ, 1985, p. 35).

... cansada de exteriorizar para si mesma o seu poder econômico, a burguesia cacauera abandonou a região. Essa atitude forneceu as condições propícias para o aparecimento de uma nova tendência: uma zona agrícola, onde a classe dominante permanecia ausente, comprometendo a própria dinâmica da sociedade regional, que não conseguia identificar no seu ambiente os verdadeiros proprietários dos meios de produção (FREITAS, 1979, p. 32).

Os pesquisadores do cacau são unânimes em afirmar que o afastamento do produtor de sua propriedade marcou profundamente o comportamento dele e do desenvolvimento da cacauicultura baiana.

O sociólogo Selem Asmar (1985) em pesquisa realizada no ano 1978, em 100 propriedades de cacau, sobre modernização agrícola, evidencia o seguinte: 23 proprietários moravam na propriedade ou município da propriedade, 74 proprietários moravam em outras cidades da região e 3 proprietários moravam na capital do Estado ou em outras regiões. Constatou ainda Asmar que o maior número de práticas recomendadas pela CEPLAC (práticas modernizadoras) eram adotadas justamente pelos produtores que residiam na propriedade ou no município da propriedade.

Evidenciam-se dois pontos a esse respeito: a) o fato de os produtores “novos ricos” transferirem-se para os centros urbanos deve ser visto como um comportamento usual das oligarquias e não exclusivo do cacauicultor. A questão não é a transferência em si, mas o fato de que o produtor urbanizado irá ou não interferir em outros momentos da cadeia de produção, comercialização, financiamento e exportação; b) esse comportamento pode ter criado um efeito imitativo, se inicialmente foram os “novos ricos” os grandes produtores que se transferiram para os centros urbanos, no segundo momento podem ter se transferido os médios e os pequenos produtores.

O produtor de cacau constitui-se um grupo bastante heterogêneo. Tendo como referência a produção de cacau, a CEPLAC (1980) estratifica os produtores nas seguintes categorias: a burguesia agrária-comercial com produção acima de 100.000 arrobas de cacau; o grande produtor, com produção acima de 10.000 arrobas; o médio produtor, com produção entre 1.000 a 3.000 arrobas; o pequeno produtor com produção entre 3.000 a 400 arrobas; o burareiro com produção até 400 arrobas.

O PERFIL DO PRODUTOR - A CEPLAC estratifica objetivamente o produtor, baseada nas quantidade produzidas. Seu perfil, porém, é motivo de controvérsias e debates. Usando os conceitos de estranho sociológico⁵⁶ e herança cultural⁵⁷, Asmar (1985) utiliza a figura do “cavelete cultural” para delinear o perfil do cacauicultor baiano. As quatro pernas do cavelete cultural teriam os seguintes nomes: individualismo, imediatismo, utilitarismo e conformismo, que seriam as características do cacauicultor. O INDIVIDUALISMO é um valor encontrado no patrão ou no empregado, no professor ou no aluno, no solteiro ou no casado, no homem ou na mulher. Idéias associativistas e coletivistas tendem a abortar, ficar nas palavras ou no papel, caindo no vazio. Atitudes associativistas correm o risco de ser recebidas como estranhas, esdrúxulas e seus atores apontados como sonhadores. O IMEDIATISMO dos atores isolados ou dos dirigentes de instituições, segundo pé do cavelete, não permite o trabalho e o esforço qualitativo, com acuidade, artesanal e demorado, mas adequado à situação. UTILITARISMO implica que só se despende um único esforço, só se toma uma ação, só se esforça por algo ou alguém para receber alguma recompensa, preferencialmente material. O CONFORMISMO transmitido pela herança social aos atores sociais no palco da região cacauieira. Aqui uma dose de fatalismo se mistura a um certo medo do novo, do pulo no escuro. A religiosidade e a colonização portuguesa ajudam a compor esse quadro pacifista e comodista.

Nessa perspectiva, Willumsem e Dutt (1991), comparando os produtores de cacau da Bahia e os produtores de café no sudoeste brasileiro, sublinham três importantes pontos: a) incapacidade empresarial - há uma falta de espírito empresarial no cacauicultor, o que contrasta com o espírito empresarial do cafeicultor; b) incapacidade de interferência política - no caso do café, a ligação entre a burguesia e o governo do estado eram bem forte, no caso do cacau, este elo parece ser quase inexistente ou apenas periódico; c) esbanjador - com

⁵⁶ Estranho sociológico é aquela pessoa que, vivendo e participando de um grupo, mas vindo de origem cultural diferente, não se sente pertencente ao grupo ou sociedade na qual vive, sentindo-se assim, mais descompromissada e capaz de fazer uma análise comparativa, objetiva e livre da sociedade da qual participa.

⁵⁷ Entendem-se como herança cultural a soma e a organização dinâmica e funcional da maneira de falar, dos conhecimentos, instituições, idéias, técnicas, costumes, usos, regras sociais, atitudes, sentimentos, transmitidos de geração em geração, impondo-se ao indivíduo desde o seu nascimento pela interação com outras pessoas que o cercam.

referência ao padrão de consumo dos cacauicultores, eles consumiam produtos importados de outros estados e regiões, e utilizavam suas poupanças com propósito especulativo e improdutivo nacional. No caso do café, a situação era diferente, funcionou e desenvolveu parte do mercado doméstico.

Para Menezes (1993), o perfil do cacauicultor está intimamente relacionado ao cacau. O fazendeiro e o trabalhador rural, componentes primeiros do conter regional, detêm os seus traços culturais básicos e constituem-se matrizes do perfil regional. A ambição, a busca do ter, a sede pelo poder e a individualidade são marcas características da região.

Esse tema ainda está em aberto, novas pesquisas devem ser feitas e muitos mitos esclarecidos. Como referência aceitam-se as palavras de Carlos Brandão, primeiro Secretário Geral da CEPLAC, que, indagado sobre o perfil do cacauicultor resume bem esta questão: "O mais variado que se possa imaginar, algum mais, outros menos tradicionais, identificados ou não com a região, verdadeiramente produtores ou não" (BRANDÃO, em entrevista cedida para a dissertação, 2001). Assim, não se pode explicar a organização social da região cacauceira apenas pelo comportamento do produtor.

CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO DO PRODUTOR DE CACAU - Até o início da terceira década do século XX, não se conhece nenhuma organização específica do cacauicultor baiano. Suas reivindicações eram feitas através das associações comerciais de Ilhéus e Itabuna, às quais estava vinculado. A fundação da associação dos produtores de cacau de Ilhéus em 14 de agosto de 1926, marca o início da organização do cacauicultor.

Com a criação do ICB em 1931, surge a mais eficiente e atuante organização do produtor de cacau. Mesmo sendo o ICB uma cooperativa semi-estatal, conseguiu aglutinar e resolver os principais problemas do cacauicultor, bem como conquistar sua confiança. Isso fica evidenciado pelo número de associados: o ICB chegou a ter 700 associados em uma região que até então não conhecia o cooperativismo. Após 10 anos de exitosa atuação em benefício dos cacauicultores⁵⁸, o ICB é transformado em Autarquia pelo governo do estado da Bahia mediante o Decreto-Lei nº 11.861 de 27 de março de 1941.

⁵⁸ Segundo Costa Filho (1992), a exitosa administração do ICB entre 1931 - 1941 deveu-se essencialmente ao seu fundador e primeiro presidente, Inácio Tosta Filho, defensor incontestado dos cacauicultores e da região cacauceira da Bahia.

Ao deixar de representar efetivamente os interesses do cacauicultor em 1941, o ICB tinha deixado marcado no cacauicultor o sentido do cooperativismo e a necessidade de se organizar. Nas décadas de 40 e 50 são fortalecidos os sindicatos patronais e surgem diversas cooperativas, a maioria com atuação municipal - as quais iriam servir de base para o surgimento da Cooperativa Central dos Produtores de Cacau (COOPERCACAU), que iria aglutinar o cooperativismo na região cacauqueira a partir da década de 60⁵⁹.

A criação do Conselho Consultivo dos produtores de Cacau (CCPC) em 1963, integrado pelos presidentes e representantes dos sindicatos patronais rurais da região, conjuntamente com a COOPERCACAU, são os órgãos, legitimamente representativos das classes dos cacauicultores no sul da Bahia. Apesar de constar na ata de fundação do CNPC ser este o órgão de defesa do cacauicultor, há varias críticas nesse aspecto: O CNPC nasce vinculado à CEPLAC⁶⁰, criado pelo Decreto Presidencial nº 52.190, de 28 de junho de 1963 e posteriormente regulado por portaria do Ministro dos Negócios da Fazenda. Para os críticos, o CNPC, ao invés de ser um órgão de fiscalização da CEPLAC, constituiu-se em um órgão legitimador dos atos da CEPLAC, numa atitude que dava a entender uma adesão total dos produtores de cacau ao programa do organismo federal. A CEPLAC. Também a própria legitimidade dos representantes dos sindicatos no CNPC era questionada. Para a maioria dos críticos esses representantes não eram produtores, mas sim advogados e empregados desses sindicatos travestidos de cacauicultores⁶¹.

4.2 GRUPOS E INTERESSES NA CACAUCULTURA

A ênfase dos analistas regionais, como Menezes e Asmar, é a de que o cacauicultor não se consolidou como um grupo empresarial bem definido, detentor de poder econômico, político e dominador do processo de acumulação do capital agrário-comercial, exportador e industrial. Ou seja, o cacauicultor não se articulou no sentido de ter o controle da economia cacauqueira, nem também

⁵⁹ Essa síntese histórica do associativismo do cacauicultor coloca em dúvida posições como a de Asmar e outros autores sobre o individualismo do produtor e sua incapacidade de se associar.

⁶⁰ Ver anexo nº 3 - estrutura organizacional da CEPLAC.

⁶¹ Hoje, o CNPC é uma sociedade de natureza civil desvinculada da CEPLAC.

para se apropriar dos maiores ganhos excedentes, gerados pela economia do cacau. Essa concepção pode ser sintetizada nas palavras de Menezes:

...a montagem e a formação dos setores econômicos do cacau - produção, exportação, comercialização e indústria, resultou de um conjunto de interesses isolados e não convergentes. Cada um desses esteios repousa sobre interesses colocados em planos diferentes - produtores na região, exportadores em Salvador, industriais nas multinacionais, indústrias chocolateiras no sul do Brasil e consumidores no exterior. É óbvio que esse comportamento não assegura coesão nem garante coerência nos resultados (MENEZES, 1993, p.183).

Ainda segundo Menezes, os interesses isolados resultarão em acordos factuais e momentâneos desses diversos segmentos, especialmente, os industriais e exportadores, que conscientes da disputa entre a elite cacauzeira e a elite canavieira junta-se a uma ou outra elite buscando defender seus interesses⁶².

De acordo com a proposta de análise, busca-se no processo histórico da cacauicultura a explicação para esse comportamento. O primeiro equívoco da análise dominante é o de haver um incisivo antagonismo entre produtores e comerciantes de cacau. Nessa perspectiva, à fração comercial tem sido quase sempre creditada a responsabilidade pelo infortúnio e perda dos produtores, os quais, ainda nesta concepção, ao mesmo tempo que negam em relação a eles próprios qualquer improvidência e irresponsabilidade, acusam os comerciantes que só apreciam lucros e vantagens, mas não aceitam riscos.

Quem são esses produtores e comerciantes? Essa questão é crucial, conhecer o produtor e o comerciante é entender a formação da elite cacauzeira. A origem do cacauicultor já foi evidenciada no item anterior, em que, de acordo com a teoria dominante, trata-se de indivíduos forasteiros que vieram para o sul da Bahia em busca de riqueza rápida e fácil. É verdade que esses homens buscavam dinheiro, mas sedimentaram-se, fundaram vilas⁶³, fizeram história e constituíram uma realidade a qual o escritor Jorge Amado denominou civilização do cacau. Para o entendimento do papel do comerciante na realidade do cacau,

⁶² Exemplo dessa realidade são os exportadores, inimigos confessos da CEPLAC naquele momento, em 1972, e que defendiam os interesses da elite de Salvador, porém assumem posição contrária a ela, defendendo a ampliação do porto de Ilhéus para torná-lo internacional. A ampliação beneficiava a eles, exportadores, pela redução dos custos.

⁶³ Um exemplo é a vila de Tabocas, atual município de Itabuna, fundada pelo sergipano Firmino Alves.

tem-se que observar os grupos sociais que comandavam o ciclo do açúcar no recôncavo baiano.

A elite dominante provincial se apresentava dividida entre duas frações distintas, mas com interesses complementares: a) comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, controladores do comércio externo e comerciantes baianos, controladores do comércio de escravos, do comércio interno e do contato direto com os produtores de açúcar; b) senhores de engenhos.

Essas duas frações formavam uma espécie de bloco solidário na dominação. Com a decadência da economia açucareira, verifica-se que a fração comercial apropriadora da maior parte do excedente iria buscar novos espaços de atuação, entre os quais a cacauicultura, restando à fração derrotada economicamente a ocupação do espaço político, dentro da máquina burocrática administrativa do estado, garantindo sua posição privilegiada.

A decadência dos senhores de engenho e seus herdeiros era encarada de forma secundária, pois eram eles próprios que formavam ou indicavam representantes para formarem o corpo de dirigentes da província, tendo assim garantido medidas de caráter público em benefício próprio e segundo as suas determinações. Para grande parte da fração comercial restou transferir sua atuação para o novo pólo dinâmico do estado. O sul da Bahia.

Para Freitas (1979), aqueles que consideram as frações produtora e comercial do sul da Bahia em permanente antagonismo não privilegiam a possibilidade da própria dinâmica do desenvolvimento social e econômico de determinado organismo social, favorecer o surgimento de um grupo misto com interesses originalmente distintos, mas com capacidade de, a partir de determinado momento, desempenhar funções comuns formando um único grupo.

Na observação de certos traços estruturais da sociedade cacauieira, torna-se difícil identificar apenas antagonismo entre a fração produtora e a comercial. Embora situadas em campos distintos, as atividades tinham um caráter complementar. Por outro lado, fica evidenciada a tendência de não só o comerciante se transformar em produtor⁶⁴, mas de ter existido caso de

⁶⁴ De acordo com relatórios da Associação Comercial de Ilhéus de 1915, as casas exportadoras Costa & Ribeiro e Valente Peixoto & Cia são proprietárias de fazendas, sem, contudo, evidenciar o número de propriedades e nomes delas. A casa exportadora F. Stevenson & CIA possuía 3 fazendas: São João, Santa Isabel e Quebra e a Hugo Kaufman & Cia possuía duas propriedades: a fazenda Cascata com 600 hectares e a Paraizo com 800 hectares.

acumulação de funções no sentido inverso. Além do mais, no interior da própria região produtora, o grande comerciante desempenhou originalmente funções comerciais como evidenciado no capítulo 2.

Mesmo admitindo que muitos dos proprietários das casas exportadoras jamais foram moradores da região, vinculados que estavam a uma base urbana e com interesses econômicos diversificados, eles formaram juntamente com o grande produtor de cacau um grupo misto, dominante na cacauicultura baiana. Pelo fato de as duas frações originais da elite cacauzeira (grande produtor e comerciantes) se encontrarem espacialmente separadas, coube à fração dos grandes produtores de cacau exercer e representar o papel de dominante no interior da região produtora, sem que a fração comercial a isso se opusesse.

Outro equívoco, além da afirmativa do permanente antagonismo entre a fração produtora e a fração comercial no sul da Bahia, é afirmar que a fração produtora da elite cacauzeira teria se contentado em exercer apenas o domínio regional, não buscando espaço político no âmbito estadual. A questão é outra, quais as dificuldades e como abrir caminho para se impor diante da oligarquia dominante politicamente, como conseguir espaço político que correspondesse à força da sua base econômica? Observam-se alguns fatores limitativos importantes nesse intento:

a) o comportamento da classe dirigente estadual, presa que estava à tradição e ao interesse concreto de identificar o estado da Bahia com o recôncavo, foi o de ignorar ao máximo a sociedade cacauzeira e ver nela apenas o seu lado exótico;

b) o grupo produtor da elite cacauzeira não pôde ser identificado como formador de uma totalidade, já se apresentava no seu interior estratificado. Os grandes proprietários (os novos ricos) não se identificavam com os médios e pequenos produtores;

c) tomando-se a ausência da tradição como traço determinante da sociedade cacauzeira, a própria figura do coronel do cacau é questionada, isso porque, quando da formação da oligarquia cacauzeira, o próprio fenômeno coronelismo já passava por transformações;

d) a distância entre o sul da Bahia e Salvador, centro do poder político estadual, e o fato de os novos ricos do cacau não serem provenientes dos grupos

sociais instalados em Salvador e arredores, os quais sempre se comportaram como se essa cidade fosse capital do recôncavo;

e) a fração comercial da elite cacaeira, enquanto parte da elite regional, compunha com a fração produtora, mas tinha uma posição dúbia quando das reivindicações regionais, dubiedade decorrente dos seus vínculos históricos, comerciais e efetivos com a elite canavieira detentora do poder político.

Uma das principais metas do cacauicultor foi tornar-se o grupo hegemônico politicamente no estado da Bahia. Ele não consegue seu intento pelas dificuldades anteriormente citadas, passando a ser sua maior conquista política o fato de ser admitido como parte do bloco no poder a partir do final da década de 20 do século XX.

Reconhecendo sua derrota na luta pelo poder político estadual e o papel secundário a ela reservado, uma parte da elite cacaeira sucumbe à elite canavieira. Ou seja, passa a se identificar com ela, defendendo seus interesses os quais acredita ser também os seus. Uma outra fração da elite do cacau rejeita o papel secundário a ela determinado e passa a lutar por um sul da Bahia independente⁶⁵, nasce, assim, a idéia do Estado de Santa Cruz. Nas palavras de Henrique Cardoso Silva, ex-deputado federal, representando a região cacaeira e autor do primeiro projeto apresentado no Congresso Nacional para implantação no sul da Bahia do Estado de Santa Cruz, fica evidente a posição do homem do cacau: "O homem do cacau não aceitava o papel secundário a ele determinado na política baiana e não se conformava com as migalhas (poucos recursos) que o governo estadual destinava à região, quando daqui retirava muito" (SILVA, em entrevista para a dissertação, 2001).

Confrontos e acordos momentâneos e factuais entre a elite de Salvador e a da região cacaeira irão nortear o destino da cacauicultura a partir de 30. Um exemplo disso é a criação do ICB em 1931, um acordo factual e momentâneo (a crise de 29, que não interessava a ninguém), criou a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada. O caráter cooperativista do ICB busca atender os interesses da cacauicultura, mas o ICB nasce sob a tutela do estado da Bahia, que entre outras prerrogativas caberia indicar o seu presidente e decretar sua

⁶⁵ Essa fração da elite cacaeira alia-se (passa a identificar-se) com o pequeno e médio produtor, formando o que realmente pode-se chamar de "o homem do cacau".

dissolução, nesse último caso, com assentimento de três cotas da totalidade dos lavradores associados.

Em 1939, Inácio Tosta Filho, fundador e primeiro presidente do ICB, nomeado pelo governo do estado da Bahia, mas com respaldo da cacauicultura, a qual o legitimava no cargo tenta transformar o ICB em uma cooperativa de natureza civil autônoma e eminentemente regional. Ele se respaldou no Decreto do Governo Federal nº 581 de 1º de agosto de 1938, que dispunha que nenhuma cooperativa poderia permanecer sob o controle ou a dependência de qualquer entidade ou associação. O relatório do ICB de 1939 informa que se procedeu a reforma dos estatutos desta sociedade, visando convertê-la em cooperativa central, nos termos do Decreto nº 1607 de 05 de janeiro de 1907, com as modificações do Decreto-Lei nº 581 de 01 de agosto de 1938. O governo da Bahia pede e obtém a anulação do Decreto Federal, ganha a disputa. Mediante o Decreto-Lei nº 11.816 de 27 de março de 1941, o governo da Bahia transforma o ICB em autarquia estadual. Costa Filho comentando sobre esse aspecto diz:

...desde a criação em 1931, a economia cacauera foi tremendamente prejudicada pela ação imprópria do estado da Bahia em sucessivos governos, além de utilizar o ICB mais como instrumento de interesse político partidário do que um órgão de defesa e amparo da economia cacauera, principalmente a partir de 1941, quando tornou-se uma autêntica Autarquia (COSTA FILHO, 1992, p. 184).

A disputa entre as oligarquias do cacau e do recôncavo é uma constante e vai aparecer com maior nitidez no período considerado neste estudo, 1960 - 1980, quando a região "cria" a CEPLAC.

4.3 A CEPLAC COMO REPRESENTANTE DA CACAUICULTURA

Inácio Tosta Filho ao criar a CEPLAC, de um lado, estava decepcionado com os rumos que o governo baiano havia dado ao ICB (agora um órgão de acomodação da política baiana), o qual sob sua administração (primeiros oito anos do ICB) ostentava altas iniciativas, traduzidas em produtividade de trabalho, amparo ao cacau e ao desenvolvimento regional; de outro lado, estava admirado com a qualidade, a seriedade e a eficiência da equipe técnica do Banco do Brasil

que estava a sua disposição na CACEX e que seria colocado à disposição do novo órgão nos primeiros anos de atuação.

Apesar de capturada pelo governo federal, a CEPLAC resultou de aspirações regionais. Nascida da idéia de um cacauicultor, Antônio Boaventura Carvalho Freitas, coube a Inácio Tosta Filho viabilizar sua implantação, passando Tosta Filho a ser considerado seu fundador e líder. Assim, a criação da CEPLAC constitui-se uma demonstração de independência da região em relação ao governo do estado da Bahia.

Se bem que até 1960 é Inácio Tosta Filho quem efetivamente comanda a CEPLAC, ocupando o cargo de vice-presidente, cargo inerente ao diretor da CACEX⁶⁶, coube a Carlos Brandão, jovem funcionário do Banco do Brasil, fiel discípulo de Tosta Filho, ir para o sul da Bahia e implantar efetivamente a CEPLAC. Técnico competente e distante da política baiana, os 12 anos de atuação de Brandão como Secretário Geral da CEPLAC podem ser considerados plenamente eficazes pelo que ele realizou.

A criação da taxa de retenção cambial em 1961, permite à CEPLAC viabilizar-se como órgão da cacauicultura e constituiu a primeira demonstração de que a CEPLAC era um órgão permanente, pois criou-se com a taxa de retenção um plano concreto, uma base financeira fixa, não eventual ou emergencial⁶⁷. Nos primeiros anos de atuação a CEPLAC voltou-se essencialmente para resolver o caos financeiro em que se encontrava a região cacauieira (produtor), caracterizando-se como um órgão de caráter emergencial, não passando de um plano de socorro à cacauicultura.

A partir de 1959, a CEPLAC começa desvestir a roupagem de órgão de crédito e passa a assumir a função de apoiar integralmente a cacauicultura, constituindo-se um verdadeiro órgão de desenvolvimento regional como evidencia Garcez:

A CEPLAC define-se agora em dupla dimensão: como órgão de desenvolvimento integrado de uma extensa região agroprodutora, interferindo no econômico e no social da vida de uma comunidade em grau muito mais extenso do que caberia a um organismo puramente técnico; como vetor da

⁶⁶ A presidência da CEPLAC cabia ao Ministro da Fazenda.

⁶⁷ A CEPLAC tinha sido concebida para ser um órgão permanente, mantida estrategicamente pelos seus fundadores como medida emergencial para conter a fúria do governo baiano, inimigo declarado desse órgão.

cacaucultura brasileira posicionando-se como elemento efetivo de mudanças (GARCEZ, 1985, p. 01).

Para desempenhar o papel de órgão que comanda a cacaucultura, a CEPLAC constituiu uma equipe técnica de primeira grandeza, diz Carlos Brandão "...fomos buscar o que se tinha de melhor em cada área que queríamos atuar, um exemplo desse nosso esforço é o Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), peça fundamental nos nossos propósitos, que teve como diretor Paulo de Tarso Alvim, um cientista de renome internacional" (BRANDÃO, em entrevista cedida para a dissertação, 2001). As qualidades técnicas ceplaquianas também ficam evidenciadas por Gentil Dias, que ao estudar as organizações públicas baianas ressalta:

...no que se refere aos quadros técnicos que constituem tais organizações, verifica-se que mais da vezes trata-se de entidades de limitada capacidade de operação, tendo em vista a extensão territorial do estado e do número de estabelecimento agrícola contido nele, à exceção da CEPLAC (...). A CEPLAC, que sendo uma instituição de prestação de serviços à agricultura por excelência, é tida como dentre as demais como a mais eficiente e certamente aquela que resume o maior número de técnicos de nível médio (30% do total para o Estado) e superior (16% do total para o Estado) (DIAS, 1979, pp. 107 e 112).

O fato de a CEPLAC constituir-se como referência técnica, de interferir e modificar a realidade social e econômica da região cacauífera e de ter como dirigente um técnico de reconhecida competência pela comunidade regional não foi suficiente para evitar os constantes ataques a ela direcionados pelo governo do estado da Bahia e pela Confederação Nacional da Agricultura, apoiados por alguns grandes produtores⁶⁸.

O principal alvo das críticas feitas à CEPLAC era em relação à taxa de retenção cambial, o governo baiano e seus aliados tentam jogar os produtores de cacau contra a CEPLAC, utilizando uma certa rejeição inicial à cobrança da taxa. O trabalho prestado pela CEPLAC e a unificação da taxa de retenção, como anteriormente citados, aliam o produtor a CEPLAC, conscientizando-o de que o governo do estado da Bahia em nome de sua defesa usa-o para seus intentos

⁶⁸ Essas instituições em verdade representam a elite açucareira que detém o poder político do estado e que não aceita a presença de um órgão federal atuando na cacaucultura, elite açucareira neste período passa a ser reforçada por uma fração da elite produtora de cacau que a ela se uniu, como visto no tópico anterior.

políticos. São inúmeras as calúnias, boatos e artigos, em jornais, de autoria de falsos agricultores especialmente para atingir Carlos Brandão, que não admite interferências políticas no órgão e que passara a ter apoio total da região ao seu trabalho.

O auge do confronto entre a região cacauzeira e Salvador aconteceu no período de 28 a 30 de junho de 1967, em Itabuna-Ba, com a realização do Primeiro Congresso Brasileiro do Cacau. Promovido pela Federação da Agricultura do Estado da Bahia com apoio do governo estadual e patrocinado pelos exportadores⁶⁹, tinha como principais objetivos “explícitos” discutir:

- 1º - a redução da taxa de retenção para 5% e sua extinção, posteriormente;
- 2º - incorporação da CEPLAC ao ICB;
- 3º - o fortalecimento do cooperativismo.

Os reais objetivos do Congresso podem ser percebidos pelo papel que coube ao secretário geral da CEPLAC, Carlos Brandão: a 3ª vice-presidência. Ciente dos verdadeiros objetivos do Congresso: extinguir a CEPLAC, a região se organiza e vai à luta. Contando com a competência técnica e a liderança de Brandão e da tecnocracia montada por ele, com apoio da grande maioria dos produtores, apesar do apoio dos produtores do Espírito Santo aos idealizadores do Congresso, e com a defesa incisiva da imprensa regional, a região “esmaga” a turma de Salvador, como ficaram conhecidos os organizadores do Congresso. “Guerra é guerra. Preparei previamente, com auxílio de lideranças regionais, a defesa da CEPLAC. Comandei pessoalmente todo trabalho de defesa da organização. Derrotamos, de forma irrefutável, todas as teses da Confederação. O Congresso do Cacau foi um fracasso para eles” (BRANDÃO, em entrevista cedida para a dissertação, 2001).

O clima de confronto do Primeiro Congresso do Cacau pode ser também constatado pelas manchetes do principal jornal regional, pesquisado para esse trabalho, O Diário de Ilhéus, nos dias 26 e 28 de junho de 1967. “**Confederação Nacional da Agricultura Propõe a Extinção da CEPLAC**”, outra edição veiculava “**Mas o que fez até agora a Confederação Nacional da Agricultura pelo nosso cacau? Pela nossa região?**” E acrescenta; “Investiu contra a CEPLAC e, como fracassou nessa investida, rechaçada que foi pela CEPLAC,

⁶⁹ Alguns estudiosos, equivocadamente, vêem nesse Congresso um confronto entre produtores e exportadores.

agora procura fazer congresso. O que fez em favor da região cacauzeira, sua filiada de Salvador”.

Longe de discutir os reais problemas do cacau o Congresso foi palco das disputas políticas regionais, e no seu final estavam nitidamente delineadas duas correntes: a turma de Salvador, contrária a CEPLAC; os regionais, favoráveis ao órgão.

A derrota da elite baiana no Primeiro Congresso Brasileiro do Cacau não tirou dela a vontade de interferir na CEPLAC, como afirma Garcez: “ As forças de pressão contra a instituição federal permaneciam vivas e atuantes, reativadas por uma inesperada demonstração de fortalecimento apesar da derrota no Primeiro Congresso Brasileiro do Cacau” (GARCEZ, 1985, p.16).

Essa disposição a opor-se à CEPLAC é comprovada. Em 19 de julho de 1968, o governo do estado da Bahia, Luiz Viana Filho, enviou à apreciação do Ministro da Fazenda uma exposição de motivos, acompanhada de um projeto de decreto, contendo as bases da “Política Nacional do Cacau”, a ser formulada e executada por um órgão central de coordenação e um órgão executivo especializado. O documento continha severas críticas à programação da CEPLAC e à forma de aplicação dos seus recursos, com a conclusão de que deveria ser integralmente alterada a organização da instituição e revogados todos os decretos que regulamentavam as suas atividades. Propunha inclusive o governador que os recursos da cota de contribuição fossem divididos entre a CEPLAC e o ICB.

O projeto, e o conseqüente debate público, através da imprensa, entre o governador Luiz Viana Filho e Carlos Brandão, desencadeou o processo que levaria à saída de Brandão da instituição. Oficialmente, há o registro do afastamento espontâneo de Carlos Brandão da Secretaria da Geral da CEPLAC⁷⁰. Essa versão, porém, não se sustenta: Um homem com o perfil profissional de Brandão não iria deixar a CEPLAC espontaneamente no momento em que eram feitas as maiores críticas à sua administração; muito menos no momento em que a região passava por uma crise decorrente de problemas climáticos e de preço no mercado internacional; além do momento em que seus principais projetos à frente do órgão, CEPEC e a Escola Média de Agricultura da

⁷⁰ Essa versão foi confirmada pelo próprio Brandão, em entrevista cedida para a dissertação.

Região Cacaueira (EMARC), começavam a demonstrar bons resultados. Costa Filho, analisando a saída de Brandão da CEPLAC, é incisivo:

Não nos esqueçamos, porém, de que os últimos episódios ocorridos com a concessão da intervenção no Cooperativa Central⁷¹ e o não acolhimento pelos órgãos do governo federal da proposta de reformulação da política econômica cacaueira elaborada pelo governo baiano foram a razão da saída do Sr Carlos Brandão da Secretaria Geral da CEPLAC. Esses episódios apenas se constituíram em mais uma prova e confirmação da incorruptível administração implantada com independência e competência com que foram traçados os rumos da instituição em direção à defesa dos produtores de cacau e da sua economia, imune à ação destruidora da má política (COSTA FILHO, 1992, p.184).

A partir do exposto, pode-se dizer que a saída de Carlos Brandão da CEPLAC foi objeto de negociação entre as autoridades federais, com o próprio Brandão e o governador da Bahia. Com a saída “espontânea” de Carlos Brandão da Secretaria Geral da CEPLAC, iniciou-se a batalha de diversos grupos pela sua substituição. Constata Brandão a esse respeito:

Porque já era corrente que eu iria deixar a CEPLAC, desenvolveu-se a luta pela indicação de quem iria me substituir. Afinal, a instituição crescera bastante, adquirira projeção nacional e influência política. Choveram candidatos: o comando do II Exército, sediado no Nordeste, sugeriu um nome, a primeira dama dona Iolanda Cardoso Silva fez sua indicação (BRANDÃO, em entrevista cedida para a dissertação, 2001).

Dentro das negociações para sua saída, Brandão impunha que a direção da CEPLAC fosse entregue a alguém ligado ao órgão que pudesse continuar o seu trabalho. O escolhido foi José Haroldo Castro Vieira, funcionário do Banco do Brasil, que viera para a CEPLAC pelas mãos de Brandão, e que já ocupava o cargo de diretor administrativo regional. A solução tinha um caráter provisório, Vieira ocuparia o cargo interinamente até que fosse dada uma solução definitiva à substituição de Brandão. Segundo Costa Filho (1992), embora Vieira não tivesse a competência técnica de Carlos Brandão, mostrou ter uma rara habilidade

⁷¹ Essa cooperativa era ligada à associação dos produtores rurais de Ilhéus, e vinculada ideologicamente à elite canavieira.

política. Essa habilidade leva-o à condição de Secretário Geral da CEPLAC em caráter definitivo por um período de 14 anos.

Se tecnicamente Vieira segue os caminhos traçados por seu mestre Carlos Brandão, o mesmo não se pode dizer no tocante à política. “Somar esforços para crescer”, com esse slogan Vieira consegue transformar antigos inimigos da CEPLAC em aliados. Justifica-se ele: “...o que fiz foi ter um diálogo abrangente e direto com todos os setores que tinham interesse na economia cacaueteira, tendo em mira sempre somar esforços e idéias” (VIEIRA, em entrevista cedida para a dissertação, 2001). Não houve apenas vontade de dialogar, por parte do senhor José Haroldo. O governo baiano e seus aliados passam a interferir nas próprias decisões da CEPLAC. Corroboram essas assertivas o depoimento do próprio José Haroldo “...quando tinha dinheiro da CEPLAC para aplicar na região, (EU) consultava o governo do estado da Bahia para saber em que município ele tinha interesse que o dinheiro fosse aplicado” (VIEIRA, em entrevista cedida para a dissertação, 2001). Ainda sobre a mudança ocorrida na direção da CEPLAC, no que diz respeito à participação do governo do estado da Bahia, nas suas decisões, Garcez, comentando sobre a comemoração dos 25 anos de existência da CEPLAC, evidencia o discurso do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães:

...de fato, de um órgão federal interveniente exógeno e espúrio à lavoura e à Bahia, a CEPLAC, ao comemorar seu quarto de século de vida, já adquiriu foros de baianidade, tornara-se coisa baiana (...) não há dúvida de que a direção da CEPLAC em mãos de um baiano⁷² pesou suficientemente no processo de transformação do órgão que representava uma intromissão na economia da Bahia, em coisas da casa (GARCEZ, 1985, p.24).

Em verdade, o “Somar esforços para crescer” leva a CEPLAC a perder muito do seu poder combativo, passando a região a aceitar a interferência, via CEPLAC, da elite de Salvador nos destinos da cacauicultura. Essa interferência política fragiliza o órgão representativo da cacauicultura. Podem-se, portanto, delinear dois momentos da atuação da CEPLAC na região cacaueteira: da sua criação até 1969, quando constitui para região o que Boisier denomina de “autoridade regional”; e, a partir de 1969, quando interesses e grupos alheios à

⁷² Carlos Brandão é mineiro, José Haroldo, baiano.

cacaucultura passam a interferir e decidir no destino do órgão, perdendo essa característica. Esse processo de desmoronamento da CEPLAC, como legítima representante da cacaucultura (como autoridade regional), tem momentos decisivos:

1º) a criação do Programa de Renovação dos Cacauais Decadentes (PROCACAU) em 1975, programa agrícola que tinha como objetivo principal aumentar a produção brasileira de cacau via aumento da produtividade, mas acima de tudo aumentando a área plantada, área essa fora das tradicionais áreas produtoras da Bahia e do Espírito Santo, e que tinha na taxa de retenção cambial do cacau sua principal fonte de financiamento;

2º) transferência institucional da CEPLAC em 1974, do âmbito do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura;

3º) transformação da cota de contribuição cambial, em 1981, em imposto de exportação e como tal integrante da arrecadação total da União;

4º) o surgimento da doença Vassoura de Bruxa em meados da década de 80.

Assim, pode-se concluir que creditar exclusivamente ao comportamento do produtor a incapacidade da organização social na região cacauera é um equívoco, uma vez que os próprios estudos existentes sobre o seu comportamento merecem ressalvas.

A organização social da região cacauera em muito resulta da disputa entre a elite cacauera, detentora do poder econômico na Bahia a partir do final do século XX, e a elite canavieira do recôncavo, detentora secular do poder político na Bahia. Entendeu-se que essa disputa fragiliza a sociedade cacauera não somente quando a elite canavieira impede que o homem do cacau assuma o poder político na Bahia⁷³, quando busca interferir intensamente nas decisões sobre o cacau e quando em determinados momentos, aliando-se aos outros segmentos com interesse na cacaucultura (exportadores, industriais, consumidores), torna ainda mais frágil a atuação do segmento produtor e seu poder de barganha diante desses outros segmentos.

Entretanto, de 1960 a 1969, apesar da não dinamização da base econômica, houve importantes transformações na organização social da região

⁷³ Inclusive dispersando o voto regional impossibilitando que a região constitua uma forte bancada do cacau na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal.

cacauiera (segundo a concepção do Boisier). A região consolida a CEPLAC como autoridade regional, constitui uma respeitável tecnocracia, vê seus produtores (empresários) engajados num processo de desenvolvimento regional e cria uma interação nunca vista antes. Essas transformações , contudo, são interrompidas a partir de 1969, quando a CEPLAC é invadida por grupos alheios aos reais interesses da cacauicultura. Entenda-se a elite de Salvador, representada politicamente pelo governo do estado da Bahia e pela Confederação Nacional da Agricultura, secção Bahia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base teórica deste estudo (capítulo 1) está dividida em dois momentos. No primeiro momento, foi feita uma síntese das principais teorias explicativas do desenvolvimento regional (teoria da base de exportação, neoclássica, da causação cumulativa, do pólo de desenvolvimento), a partir do momento em que o estudo regional se forma como ramo específico da ciência econômica, década de 50, até 1970. No segundo momento, evidenciaram-se duas concepções: teorias das inovações tecnológicas e teoria do crescimento e desenvolvimento endógeno. A teoria da inovação tecnológica busca explicar o desenvolvimento e sua repercussão nas regiões a partir da nova realidade tecnológica, realidade não mais baseada nos setores metal-mecânico e químico, mas na microeletrônica: eletrônica, computação, engenharia genética e a biotecnologia etc. A teoria do desenvolvimento endógeno busca compreender o novo papel das regiões na atual realidade econômica. A partir da compreensão do desenvolvimento teórico da economia regional, elegeu-se a base teórica do estudo: a teoria da base de exportação e a teoria do desenvolvimento regional endógeno, a vertente de Sérgio Boisier.

Na análise do produto cacau (capítulo 2) utilizou-se o delineamento proposto por Schwartzman (1975) para a teoria da base de exportação. Através da análise da consolidação, da dinamização e propagação do produto cacau, concluiu-se que a repercussão da base econômica cacau no Sul da Bahia foi limitada em nível regional, proporcionando apenas expansões e crises características do processo de crescimento e não um processo de desenvolvimento a longo prazo.

Para a melhor compreensão da repercussão da base econômica cacau para a região cacaeira da Bahia, incluíram-se na análise aspectos sociais e institucionais, variáveis exógenas e endógenas complementando a análise.

No estudo das variáveis exógenas do desenvolvimento regional (capítulo 3), analisaram-se o financiamento regional e os impactos das políticas macroeconômicas e setoriais para a região cacaeira. No que diz respeito ao financiamento, a região não competiu com outras por recursos. A criação da taxa de retenção do cacau viabilizou o financiamento regional. No que diz respeito às políticas evidenciadas, a política monetária, pela abundância de créditos cedidos

à cacauicultura, a política fundiária favorecendo a estrutura agrária regional e a política de exportação que direta e indiretamente proporcionou ganhos ao produtor não foram obstáculos ao desenvolvimento regional. Ou seja, as variáveis exógenas do desenvolvimento regional, segundo Boisier, observadas para a região cacauzeira da Bahia foram producentes.

Após analisar o produto cacau e as variáveis exógenas do desenvolvimento regional, passou-se a estudar a variável endógena do desenvolvimento. A organização social da região cacauzeira (capítulo 4). Inicialmente, estudou-se o comportamento do homem do cacau evidenciando sua origem, relação com a propriedade, estratificação, perfil e capacidade de organização. Esse estudo refletiu o pensamento dominante na região, no qual o comportamento do produtor de cacau, em si, é a principal causa de todos os males da região cacauzeira inclusive fator determinante da sua organização social. Aceitou-se que o comportamento do produtor de cacau é importante na explicação da sociedade cacauzeira (comportamento oligárquico)⁷⁴, mas creditar a ele papel exclusivo passa a ser um equívoco. Nesse sentido, afastou-se do pensamento dominante e buscou-se no desenvolvimento histórico da cacauicultura uma resposta mais convincente para a sua organização social no período considerado no estudo, centralizando a discussão na disputa entre a elite cacauzeira e a elite do recôncavo baiano.

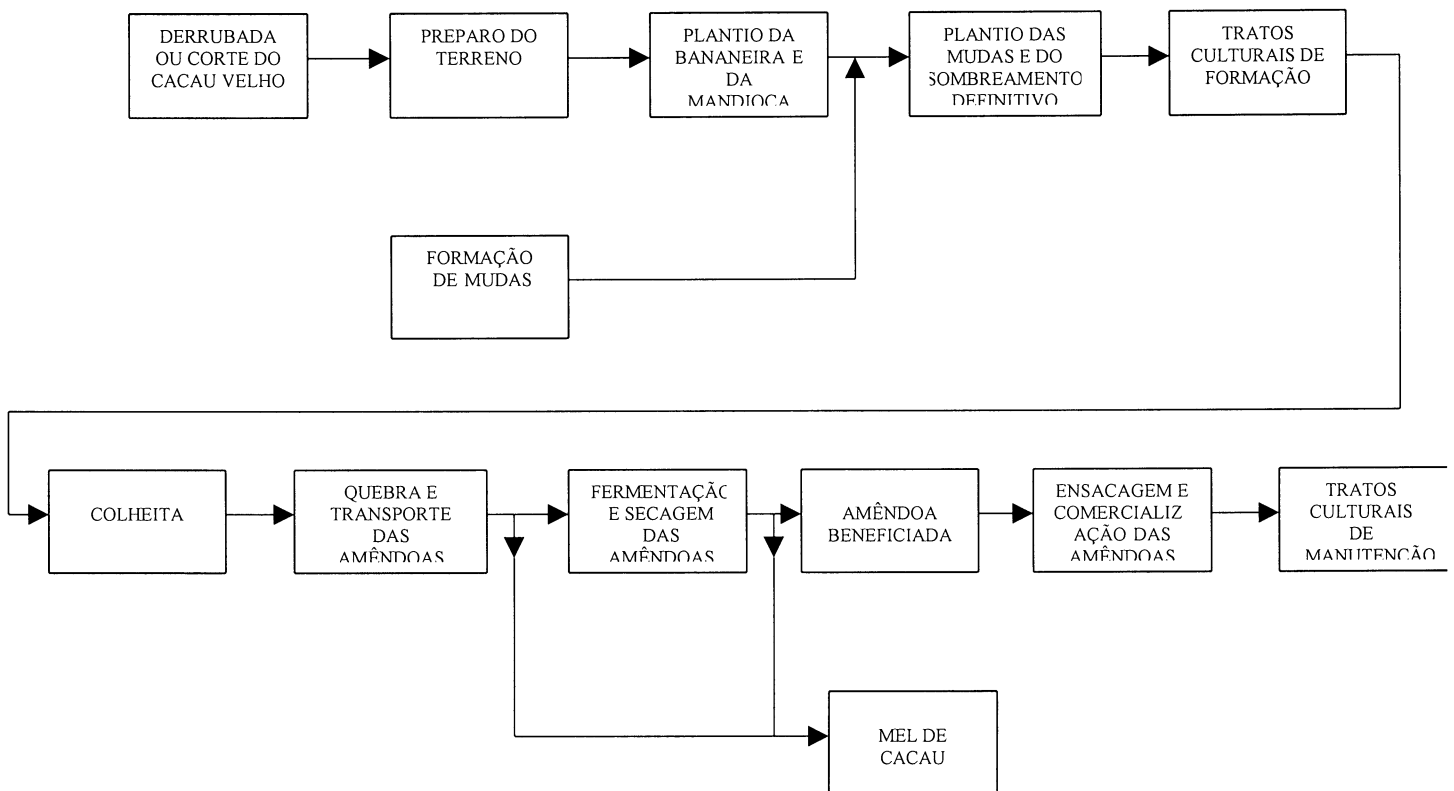
Por fim, conclui-se aceitando a hipótese de trabalho: a região cacauzeira da Bahia criou as condições econômicas necessárias para desencadear o seu processo de desenvolvimento ao consolidar sua base de exportação, contudo, não conseguiu dinamizá-la. Criou viabilidade para seu financiamento e beneficiou-se das políticas macroeconômicas e setoriais no período 1960 –1980. A região, porém, não conseguiu modificar sua organização social, elemento indispensável,

⁷⁴ Outros fatores também devem ser considerados, como por exemplo, o fato de que, na maior parte do período considerado neste estudo, o país viveu em regime ditatorial. Na impossibilidade de verificar qualquer forma de organização popular democrática na região, trabalhou-se com a idéia de que a elite cacauzeira é resultado da sua organização social e legítima representante da cacauicultura.

segundo Boisier, para que o desenvolvimento a longo prazo efetivamente se verificasse.

ANEXO – 1

FLUXOGRAMA DA PRODUÇÃO DE AMÊNDOAS DE CACAU



ANEXO 2

Foram utilizadas “entrevistas semidirigidas”. Sendo assim, delineou-se uma lista de tópicos relativos ao estudo. Ao longo das entrevistas foram abordados necessariamente todos os tópicos, mas de modo livremente escolhido no momento de acordo com o desenrolar da conversa.

TÓPICOS DA ENTREVISTA

1. Uma análise do cacauicultor (origem, perfil, capacidade empresarial);
2. Capacidade do produtor de se fazer representar politicamente (qualidade e quantidade);
3. A CEPLAC como representante da cacauicultura (constituição, tecnocracia, disputas políticas);
4. Os diversos grupos de interesse na cacauicultura (industriais, exportadores, o Estado);
5. Lideranças regionais (existiram? Qual o seu perfil?).

ENTREVISTADOS

Foram entrevistados atores que interferiram e/ou interferem na cacauicultura baiana a partir de 1960, sendo o parâmetro de escolha o(s) cargo(s) ocupados pelos entrevistados.

Antônio Olímpio R. Silva – produtor de cacau, prefeito de Ilhéus (1977 – 1982), deputado estadual (1983 – 1986)

Antônio Menezes Filho – produtor de cacau, presidente do ICB (1983 – 1986), deputado estadual (1987 – 1990)

Carlos Brandão – Secretário Geral da CEPLAC (1957 – 1968)

Elenilson Jorge Almeida Chaves – Produtor de cacau, empresário do setor comercial e da construção civil, atual presidente da Associação Comercial de Itabuna.

Eduardo Silva da Anunciação – jornalista político - 30 anos de atuação na região cacauífera

Fernando Rios – atual presidente da Corpercacau

Henrique Cardoso Silva – prefeito de Ilhéus (1959 - 1963), deputado estadual (1964 - 1972), deputado federal (1974 – 1978)

Humberto Salomão Mafuz – produtor de cacau, presidente do sindicato rural de Itajuípe (67 – 79), presidente do CNPC (1977 – 1979)

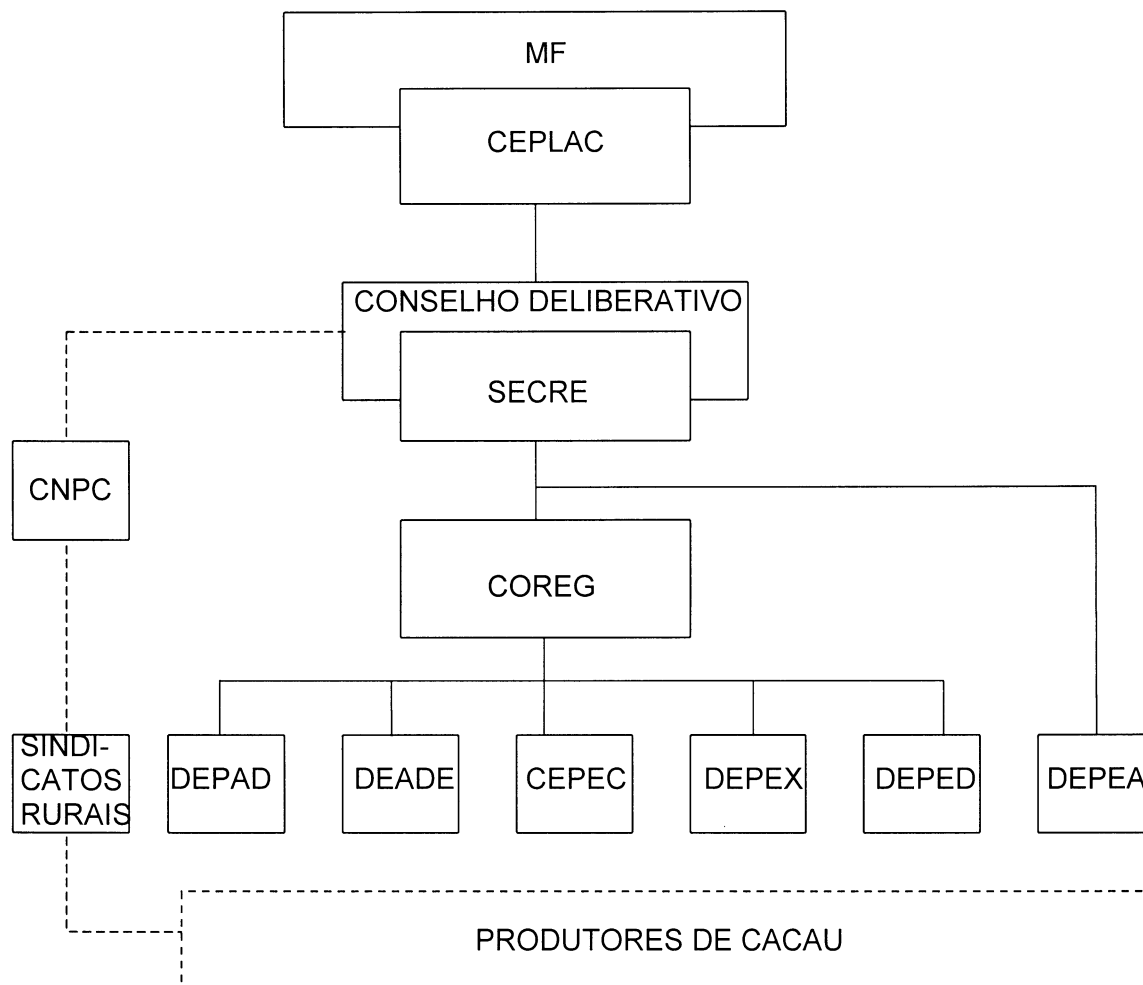
José Oduque Teixeira – produtor de cacau, prefeito de Itabuna (1977 - 1970)

José Haroldo Castro Vieira – Coordenador Administrativo Regional da CEPLAC (1962 – 1969), Secretário geral da CEPLAC (1968 – 1984)

Wallece Coelho Setenta - produtor de cacau, presidente do CNPC (1996 – 2000), atual presidente do CNPC.

ANEXO 3

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CEPLAC – ORGANOGRAMA



SIGNIFICADO DAS SIGLAS

MF – Ministério da Fazenda

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

SECRE – Secretaria Geral

COREG – Coordenadoria Regional

DEPAD – Departamento Administrativo

DEADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento

CEPEC – Centro de Pesquisa do Cacao

DEPEX – Departamento de Extensão

DEPED – Departamento de Educação

DEPEA – Departamento Especial da Amazônia

CNPC – Conselho Nacional dos Produtores de Cacao

BIBLIOGRAFIA

1. ASMAR, Selem. **Economia da Microrregião Cacaueira**. Ilhéus-Ba: 1985.
2. _____. **Sociologia da Microrregião Cacaueira da Bahia**. Itagrafe, Itabuna-Ba: 1983.
3. AMIN, A. ; ROBINSK, K. Regresso das Economias Regionais. In. BENKO, G; LOPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras**. Celta editora, Portugal: 1994.
4. BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. São Paulo-Salvador: Hucitec, 1984.
5. BOISIER, Sérgio. Política Econômica, Organização e Desenvolvimento Regional. In Haddad: **Economia Regional: Teoria e Método de Análise**. Fortaleza: BNB ETENE, 1989.
6. _____. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA. Distrito Federal: junho, 1996.
7. _____. La Política Regional na América Latina Bajo el Signo de la Globalización. In: **A Política Regional na Era da Globalização**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, série debates nº 12, 1996.
8. BENKO, G ; LIPIETZ, A. O Novo Debet Regional. In BENKO, G ; LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras**. Celta editora, Portugal: 1974.
9. COSTA FILHO, J. **Conjuntura Cacaueira do Sul da Bahia**. Bureal, Salvador: 1992.
10. COX, Richard. **Análisis Preliminar de Los Costos de Producción de Cacao en Bahia en el Años Agrícola 1965/6**. Ilhéus-Ba : Ceplac, 1966.
11. DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.
12. DIAS, G. Martins. Organizações Públicas e População no Nordeste. In: SINGER, Paul. **Capital e Trabalho no Campo**. Hucitec, São Paulo: 1979.
13. FREITAS, Antônio F. G. **Os Donos dos Frutos de Ouro**. Universidade Federal da Bahia, Salvador: 1979.

14. GATO, Francisco. **Cambio Tecnológico Neofordita y Reorganizacion Productiva: Primeras Reflexions sobre sus Implicancias Terrotirualles.** Instituto Latinoamericano de Planificacion y Social. Buenos Aires Argentina: 1993.
15. GARCEZ, Angelina, N. R. ; FREITAS F. G. **Diagnóstico Sócioeconômico da Região Cacaueira da Bahia: História e Economia Social.** Rio de Janeiro: Carta gráfica, 1975.
16. GARCEZ, Angelina N. R. **CEPLAC de Corpo e Alma.** Ilhéus-Ba: CEPLAC, 1985.
17. ____ **Instituto de Cacau da Bahia: Meio Século de História –** Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, Salvador: 1981.
18. FURTADO, Celso. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Coleção os Economistas. Nova Cultura. São Paulo: 1986.
19. HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development.** New Haven: Yale Universaty Press, 1961.
20. IANNI, O. **Ditadura e Agricultura.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
21. MACEDO, A. F. **Avaliação Social de Custo-Benefício da Atividade de Exportação de Cacau na Forma de Produtos Derivados.** Universidade Federal da Bahia, Salvador: 1976.
22. MENEZES, J. A. Souza. **A Modernização do Agrobusiness Cacau.** Campinas-SP: Fundação Cargil, 1993.
23. MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Saga, Rio de Janeiro: 1972.
24. NORTH, Douglas C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. **Economia Regional: Textos Escolhidos.** (Org.) Jacques Schwartzman. CEDEPLAR/ CETRADE – MINTER. Belo Horizonte: 1977.
25. PERROUX, F. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. (org.) Jacques Schwartzman. **Economia Regional: Textos Escolhidos.** CEDEPLAR/ CETRADE – MINTER. Belo Horizonte: 1977.
26. ROLIM, Cássio Frederico C. **Reestruturação Produtiva, Mundialização e Novas Territorialidades: Um Novo Programa para os Cursos de Economia Regional e Urbana.** UFPR, texto para discussão nº 3, 1999.

27. ROURA, Juan Cuadrado. **Planteamiento Y Teorias Sobre el Crecimiento Regional em Europa em las Cuatro Ultimas Decadas**. Texto apresentado para discussão no Laboratório Integrado de Desempenho e Estratégias Regionais – LIDER, Curitiba: setembro de 1995.
28. SCOTT, A. **Regions and the World: The Coming Shape of Global Production Competition and Political Order**. Oxford University Press. Cap. 8, 1998.
29. SANTOS FILHO, José M. dos. A Institucionalização da CEPLAC: uma agenda para ordenar a discussão. **Debates/CENPES**. Salvador-Ba: ano 2, nº 4, março, 1985.
30. SAUER, Adeum . Estudos de Avaliação da Criação de Emprego e Fixação da Mão-de-Obra na Cacaucultura Brasileira Pelo PROCACAU. **Informe Técnico/CEPLAC**. Ilhéus-Ba: 1982.
31. SORJ, Bernard. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
32. SILVA, Antônio Joaquim Bastos. **Análise da Distribuição do Crédito Rural e dos Fatores que Afetam e Limitam seu Uso na Região Cacaueira da Bahia**. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG: 1979.
33. SCHWARTZMAN, J A. A Teoria da Base de Exportação e o Desenvolvimento Regional. In Haddad: **Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial**. Rio de Janeiro : IPEA/ IPLAN. 1975.
34. TIEBOUT, Charles M. Exportação e Crescimento Econômico Regional. **Economia Regional: Textos Escolhidos**. (org) Jacques Schwartzman. CEDEPLAR/ CETRADE – MINTER. Belo horizonte: 1977.
35. TOSTA FILHO, Inácio. **Comercialização do Cacau e Produtos Derivados**. Ed. Miniográfica. Salvador-Ba:1960.
36. WILLUMSEN, Maria J. & DUTT, Amitava Krishna. Café, Cacau e Crescimento Econômico. In: **Revista de Economia Política**. Vol, 11, nº 3, julho-setembro, 1991.

OUTRAS FONTES PESQUISADAS:

1. Banco Central da Brasil. Boletim. Brasília: janeiro de 1984.
2. CEPLAC, Ilhéus-Ba: Boletins Técnicos, período de 1965 - 1980.
3. Caderno do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Salvador-Ba: nº 90, 1985.
4. Entrevistas cedidas para a dissertação, 2001.
5. Jornal da Tarde de Ilhéus. Ilhéus-Ba: edições de 26 e 28 de junho de 1967.
6. ICB. Salvador-Ba: Relatórios Anuais. 1931 a 1941.